

Resultados de 2021



Empresa Luz e Força
Santa Maria
S/A

**Relatório da Administração e
Demonstrações Contábeis Regulatórias
de 2021**

Avenida Angelo Giuberti, 385

Esplanada - Colatina/ES

CEP: 29702-712

Tel: (27) 2101-2323

CONTEÚDO

Relatório da Administração regulatório	03 – 26
Balancos patrimoniais regulatórios	27 – 28
Demonstrações dos resultados dos exercícios regulatórios	29
Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórios	30
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório	31
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	32 – 80
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	81 – 84

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO

Senhoras e senhores acionistas,

Apresentamos, a seguir, o relatório das principais atividades do exercício de 2021, em conjunto com as Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (“MCSE”), os quais consideramos importantes para divulgar o desempenho da Empresa Luz e Força Santa Maria S/A (“Santa Maria” ou “Companhia”) para a sociedade, parceiros, colaboradores e consumidores.

Essas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram revisadas e aprovadas pela Diretoria em 18 de fevereiro de 2022.

1. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Em 2021, a Santa Maria manteve as ações de prevenção e proteção à covid-19, visando a preservação à saúde dos nossos colaboradores e a manutenção do fornecimento de energia elétrica aos nossos clientes.

Mesmo com a continuidade da pandemia e as incertezas trazidas pelas suas variantes, a economia reagiu e contribuiu para um crescimento de mercado da ordem de 8,6% em relação a 2020, que havia registrado retração de 11,1% em relação a 2019.

Registramos EBITDA ajustado de R\$ 31,8 milhões (R\$ 31,8 milhões em 2020), e lucro líquido de R\$ 22,8 milhões (R\$ 19,1 milhões em 2020).

Investimos R\$ 13,8 milhões (R\$ 10,8 milhões em 2020) no sistema de distribuição, e mantivemos a qualidade do serviço prestado dentro dos padrões de excelência nacional, com os indicadores DEC (6,19) e FEC (4,07) abaixo dos parâmetros regulatórios (11,42 e 7,92, respectivamente), assim como as perdas totais (8,21%), que também ficaram abaixo dos limites estabelecidos pela ANEEL (9,86%).

Outro fato importante foi a conclusão da Revisão Tarifária da Santa Maria, a qual resultou no aumento de 10,08% na tarifa média para o consumidor, sendo o efeito dos itens financeiros associado ao cenário de escassez hídrica o principal componente desse percentual, com participação de 9,64%. Por meio de melhorias implementadas nos processos operacionais de gestão de ativos, atingimos o menor nível de glosa da história, e a Base de Remuneração Líquida registrou crescimento de 23,3%.

Continuamos beneficiando nossos consumidores com a devolução individual e personalíssima dos créditos de PIS e COFINS, a partir do trânsito em julgado da ação que determinou a exclusão do ICMS das respectivas bases de cálculo daquelas contribuições, bem como a recuperação dos valores pagos a mais, retroativos a julho de 2011. Com total transparência, um de nossos valores fundamentais, por meio de crédito lançado diretamente nas contas de energia elétrica, já disponibilizamos aos nossos clientes, no período de julho/2019 a dezembro/2021, mais de R\$ 36,3 milhões. A estimativa é de devolvermos, ao todo, aproximadamente R\$ 50 milhões.

Resultados de 2021

Também continuamos gerando oportunidades de emprego ao contratarmos 16 dos 20 alunos formados pela 2ª turma da Escola de Eletricista de Redes de Distribuição, projeto desenvolvido pela Santa Maria em parceria com o SENAI.

Para finalizar, não poderíamos deixar de registrar que o ano de 2021 também foi muito especial para a Santa Maria, que viveu um momento histórico ao celebrar 75 anos de existência, com muitas lutas e conquistas.

Aos empregados, clientes, acionistas, prestadores de serviços, fornecedores e parceiros da Santa Maria, às organizações governamentais e não governamentais do nosso relacionamento empresarial, e a todos os demais com quem compartilhamos esforços e vitórias, nossos agradecimentos.

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

2. PREMIAÇÕES E RECONHECIMENTOS CONQUISTADOS EM 2021

- **Prêmio ABRACONEE**

Pelo segundo ano consecutivo (2020 e 2021), a Santa Maria conquistou o 3º lugar no Prêmio ABRACONEE, na sua categoria de “Companhia de Médio Porte”. O Prêmio ABRACONEE é promovido pela Associação Brasileira dos Contadores do Setor de Energia Elétrica em parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (“UFRJ”), e tem por objetivo avaliar o nível de transparência contábil das empresas ligadas ao setor elétrico brasileiro, que operam na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica.

- **Prêmio ABRADDEE**

A Santa Maria sagrou-se campeã do Prêmio ABRADDEE 2021, vencendo na categoria “Gestão Operacional”, disputada por empresas com até 500 mil unidades consumidoras. O objetivo da premiação é reconhecer as melhores empresas de distribuição do país por seu desempenho e melhores práticas ao longo do último ano. O Prêmio ABRADDEE, promovido pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica, que já ultrapassa duas décadas desde a sua primeira edição, é realizado em parceria com o Instituto Ethos, o Instituto Innovare de Pesquisa, a Fundação Nacional da Qualidade (“FNQ”) e com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (“FIPE”), parceiros independentes e de alta reputação junto ao mercado, conferindo ao Prêmio a credibilidade de suas marcas e a confiabilidade de suas avaliações.

- **Prêmio ANEEL de Qualidade**

Em cerimônia virtual de premiação ocorrida em junho de 2021, a Santa Maria conquistou o 3º lugar no Prêmio ANEEL de Qualidade 2020 em sua categoria, até 400 mil unidades consumidoras. O prêmio reflete, fundamentalmente, a melhoria na qualidade dos serviços, sob a perspectiva do grau de satisfação do consumidor.

Resultados de 2021

- **Ranking de continuidade do fornecimento de energia elétrica**

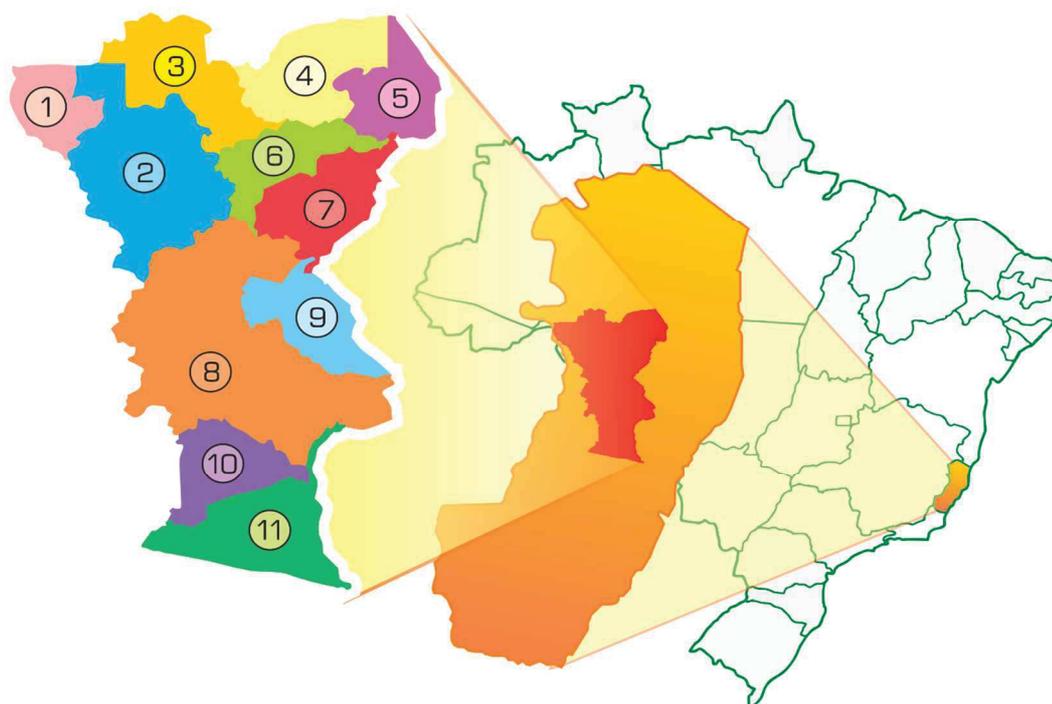
Em 2021, na divulgação do resultado do indicador de Desempenho Global de Continuidade – DGC pela ANEEL, conhecido como ranking de continuidade, a Santa Maria conquistou a 6ª posição em sua categoria, com até 400 mil consumidores. O DGC leva em conta a duração e a frequência das interrupções em relação ao limite estabelecido pela ANEEL.

3. A COMPANHIA

A Santa Maria é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede em Colatina/ES, que atua no segmento de distribuição de energia elétrica, nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045.

3.1 Área de concessão

Geograficamente, a Companhia está localizada na Região Noroeste do Estado do Espírito Santo, e atende a 11 municípios em uma área de concessão de 4.994 km², conforme demonstrado no mapa a seguir:



1. Alto Rio Novo; 2. Pancas; 3. Águia Branca; 4. São Gabriel da Palha; 5. Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca); 6. São Domingos do Norte; 7. Governador Lindemberg; 8. Colatina (exceto o distrito de Itapina); 9. Marilândia; 10. São Roque do Canaã; 11. Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria).

3.2 Clientes

Em 2021, foram conectados 2.486 novos clientes ao sistema de distribuição da Santa Maria (acréscimo de 2,13% em relação a 2020), totalizando 118.969 consumidores cativos atendidos.

Resultados de 2021

Apresentamos, a seguir, por município, a evolução do número de consumidores atendidos pela Companhia:

Nº Nome do município	2021	2020	2019	2018	2017
1 Alto Rio Novo	3.599	3.520	3.435	3.387	3.323
2 Pancas	8.808	8.690	8.561	8.350	8.234
3 Águia Branca	5.103	4.984	4.831	4.707	4.599
4 São Gabriel da Palha	15.815	15.503	15.228	14.882	14.614
5 Vila Valério (exceto os distritos de Jurama e São Jorge da Barra Seca)	4.045	3.941	3.850	3.695	3.645
6 São Domingos do Norte	4.917	4.847	4.789	4.645	4.561
7 Governador Lindemberg	5.618	5.438	5.355	5.233	5.146
8 Colatina (exceto o distrito de Itapina)	56.955	55.813	54.787	53.661	52.951
9 Marilândia	6.713	6.506	6.351	6.218	6.068
10 São Roque do Canaã	5.246	5.137	5.021	4.961	4.915
11 Santa Teresa (exceto a Sede e o distrito de Alto Santa Maria)	2.150	2.104	2.080	2.044	2.012
Total	118.969	116.483	114.288	111.783	110.068
Variação	2,13%	1,92%	2,24%	1,56%	1,81%

A evolução do número de consumidores cativos por classe de consumo é apresentada a seguir:

Classe de consumo	2021	2020	2019	2018	2017
Residencial	73.214	71.828	70.353	68.956	67.301
Rural	33.208	32.611	32.264	31.655	31.217
Comercial, serviços e outros	9.707	9.385	9.198	8.710	8.389
Industrial	1.599	1.429	1.281	1.286	1.986
Demais classes	1.241	1.230	1.192	1.176	1.175
Total	118.969	116.483	114.288	111.783	110.068

3.3 Sistema de distribuição

O sistema de distribuição da Santa Maria é robusto e dimensionado para garantir a qualidade do serviço prestado e a confiabilidade do sistema elétrico. Os principais dados das instalações e ativos elétricos em serviço em 31 de dezembro são apresentados a seguir:

Descrição	Variação (%)					
	2021	2020	2021/2020	2019	2018	2017
Subestações						
Quantidade	13	13	0,0	12	12	12
Potência instalada de transformadores (MVA)	691	665	3,9	661	661	661
Redes de distribuição próprias (Km)	8.155	8.074	1,0	8.008	7.949	7.882
AT (maior ou igual a 69 KV)	107	104	2,9	104	104	103
MT (entre 1 e menor a 69 KV)	7.267	7.204	0,9	7.150	7.100	7.050
BT (menor que 1 KV)	781	766	2,0	754	745	729
Transformadores de distribuição próprios (Quantidade)	17.181	16.753	2,6	16.414	16.009	15.707
Urbano	1.423	1.378	3,3	1.327	1.291	1.257
Rural	15.758	15.375	2,5	15.087	14.718	14.450
Potência instalada na distribuição própria (MVA)	399	383	4,2	372	358	346
Urbano	109	105	3,8	102	99	95
Rural	290	278	4,3	270	259	251
Postes em redes de distribuição (Quantidade)	89.169	87.892	1,5	87.073	86.153	84.985
Urbano	24.174	23.684	2,1	23.363	23.081	22.600
Rural	64.995	64.208	1,2	63.710	63.072	62.385

4. INVESTIMENTOS

A Santa Maria investiu ao longo do ano de 2021 recursos da ordem de R\$ 13,8 milhões (R\$ 10,8 milhões em 2020), líquidos dos recursos recebidos na forma de participação financeira de clientes pessoas físicas, jurídicas, União, Estado e Municípios (obrigações especiais). A seguir é apresentado um resumo desses investimentos por tipo de ativo:

Descrição do ativo			Variação (R\$ mil)	Variação (%)	2019	2018	2017
	2021	2020	2021/2020	2021/2020			
Linhas e redes de distribuição	9.426	10.645	(1.219)	-11,5	9.810	10.254	4.611
Subestações	2.792	222	2.570	1.157,7	205	150	89
Sistema de medição	3.016	1.981	1.035	52,2	1.774	1.444	978
Veículos	902	865	37	4,3	712	1.880	933
Outros ativos	653	334	319	95,5	729	679	118
Investimento bruto	16.789	14.047	2.742	19,5	13.230	14.407	6.729
(-) Obrigações especiais	(3.022)	(3.238)	216	-6,7	(4.064)	(1.376)	(935)
Investimento líquido	13.767	10.809	2.958	27,4	9.166	13.031	5.794

Os investimentos realizados em 2021 foram concentrados principalmente no reforço do sistema elétrico, com foco em projetos de redes de distribuição que garantem maior confiabilidade e eficiência ao fornecimento de energia elétrica.

Além disso, a Santa Maria instalou um novo transformador de força na subestação de São Gabriel da Palha, com um investimento de R\$ 2,6 milhões, ampliando a oferta de energia elétrica na região e mantendo o objetivo de garantir o fornecimento de energia com qualidade a todos os seus consumidores.

Adicionalmente, nos próximos anos, um investimento estimado da ordem de R\$ 50 milhões irá dobrar a capacidade de fornecimento de energia elétrica da Santa Maria aos seus consumidores. A obra interligará a Companhia a um dos mais importantes empreendimentos de infraestrutura de energia do estado do Espírito Santo, a subestação da rede básica João Neiva 2.

A futura subestação Colatina 2, que será construída para conectar a Santa Maria ao referido empreendimento, deverá superar em tamanho a subestação Henrique Nunes Coutinho, a maior da Companhia até então. A subestação Colatina 2 será interligada por linhas de 138kV à rede básica e por linhas de 69kV ao sistema elétrico existente.

Esse novo ponto de suprimento tem por objetivo garantir o fornecimento de energia aos consumidores da Santa Maria pelos próximos 20 anos.

4.1 Evolução e projeção dos investimentos

Em máquinas e equipamentos da atividade de distribuição, os investimentos brutos realizados em 2021 somaram R\$ 15,4 milhões (R\$ 13,2 milhões em 2020). A evolução dos investimentos em máquinas e equipamentos da atividade de distribuição dos 3 (três) últimos anos, bem como a projeção dos investimentos para os próximos 5 (cinco) anos, é demonstrada a seguir:

Resultados de 2021

Distribuição - Máquinas e equipamentos - R\$ mil	Evolução dos investimentos			Projeção dos investimentos				
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
AIS bruto	12.434	13.207	15.393	12.826	13.904	58.325	24.773	16.860
Transformador de distribuição	3.420	2.895	3.619	3.764	3.914	4.071	4.234	4.403
Medidor	1.774	1.981	3.016	2.180	2.267	2.357	2.452	2.550
Redes de média tensão (2,3 kV a 44 kV)	6.390	7.750	5.807	6.434	6.691	6.959	7.237	7.527
Redes de alta tensão (69 kV)	-	-	-	-	-	11.700	-	-
Redes de alta tensão (88 kV a 138 kV)	-	-	-	-	-	25.380	-	80
Subestações de média tensão (primário de 30 kV a 44 kV)	-	29	245	-	-	-	-	-
Subestações de alta tensão (primário de 69 kV)	48	59	31	325	1.032	110	-	700
Subestações de alta tensão (primário de 88 kV a 138 kV)	157	134	2.516	123	-	7.748	10.850	1.600
Demais máquinas e equipamentos	645	359	159	-	-	-	-	-
Obrigações especiais do AIS bruto	(4.064)	(3.238)	(3.022)	(3.276)	(3.407)	(3.543)	(3.685)	(3.832)
Participações, doações e subvenções	(4.064)	(3.238)	(3.022)	(3.276)	(3.407)	(3.543)	(3.685)	(3.832)

O comparativo dos investimentos em máquinas e equipamentos da distribuição é demonstrado a seguir:

R\$ mil	2021 R	2022 P	2023 P	2024 P	2025 P	2026 P
Plano de investimentos em 2021	15.393	12.826	13.904	58.325	24.773	16.860
R\$ mil	2021 P	2022 P	2023 P	2024 P	2025 P	
Plano de investimentos em 2020	12.624	11.315	10.981	48.890	20.543	
Diferença	21,9%	13,4%	26,6%	19,3%	20,6%	

Para o planejamento do seu sistema elétrico, a Companhia conta atualmente com o uso de software específico e dados de medição de subestações e linhas de distribuição maior que 69 kV coletados desde 2017, que apoiam as tomadas de decisão relacionadas aos reforços e expansão para atendimento ao consumidor com qualidade e confiabilidade.

Os principais desvios nas projeções 2022-2025 são relativos ao ajuste de preço e cronograma das grandes obras do SDAT. Com relação a 2021: (i) o volume realizado de obras de rede foi maior que o previsto; (ii) transformador da SE Rebaixadora Areal das Garças previsto como obra de Rede de Média Tensão; (iii) obra do transformador da SE São Gabriel teve custo maior que o previsto; e (iv) outras obras de subestações tiveram cronograma atualizado para 2022.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

5.1 Destaques

Apresentamos, a seguir, os principais indicadores da Santa Maria em 31 de dezembro:

Resultados de 2021

Indicadores financeiros	Unidade	Variação					
		2021	2020	2021/2020	2019	2018	2017
Ativo total	R\$ mil	446.284	351.327	27,03%	356.624	294.664	284.330
Caixa e equivalentes de caixa	R\$ mil	39.812	45.514	-12,53%	32.230	11.953	25.095
Patrimônio líquido	R\$ mil	205.880	164.572	25,10%	157.798	136.645	129.121
Endividamento bruto	R\$ mil	27.576	3.447	700,00%	16.137	23.056	12.159
Endividamento (caixa) líquido	R\$ mil	(12.236)	(42.067)	-70,91%	(16.093)	11.103	(12.936)

Indicadores de resultados	Unidade	Variação					
		2021	2020	2021/2020	2019	2018	2017
Receita operacional bruta	R\$ mil	500.900	372.458	34,48%	419.880	396.377	340.806
Receita operacional líquida	R\$ mil	335.791	245.490	36,78%	272.207	250.752	214.544
EBITDA	R\$ mil	28.809	29.057	-0,85%	47.128	34.202	30.342
EBITDA ajustado	R\$ mil	31.846	31.812	0,11%	51.594	37.606	33.222
Resultado financeiro	R\$ mil	4.297	(2.692)	-259,62%	(2.896)	(1.783)	(4.265)
Lucro líquido	R\$ mil	22.811	19.106	19,39%	32.678	23.675	18.912

Indicadores relativos	Unidade	Variação					
		2021	2020	2021/2020	2019	2018	2017
EBITDA ajustado / Receita operacional líquida	%	9,48	12,96	-26,81%	18,95	15,00	15,48
Endividamento (caixa) líquido / EBITDA ajustado	%	-38,42	-132,24	-70,94%	-31,19	29,52	-38,94

Obs.: EBITDA ajustado: EBITDA mais participações estatutárias.

5.2 Receita operacional bruta e líquida

A receita operacional bruta da Companhia totalizou R\$ 500,9 milhões em 2021 (R\$ 372,5 milhões em 2020), um aumento de R\$ 128,4 milhões (34,5%). A receita operacional líquida cresceu R\$ 90,3 milhões (36,8%) em 2021, fechando em R\$ 335,8 milhões, contra R\$ 245,5 milhões em 2020. A seguir apresentamos as receitas operacionais da Santa Maria em 31 de dezembro:

Descrição	2021		2020		Variação (R\$ mil)		Variação (%)	
	2021	2020	2021/2020	2021/2020	2021/2020	2021/2020	2019	2018
Fornecimento de energia elétrica e TUSD	394.408	298.583	95.825	32,1	356.146	319.606	273.610	
Energia de curto prazo – CCEE	6.762	2.609	4.153	159,2	13.190	7.807	14.762	
Ativos e passivos financeiros setoriais	37.053	28.144	8.909	31,7	(17.504)	19.522	6.924	
Serviços cobráveis	802	343	459	133,8	433	507	488	
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	61.875	42.779	19.096	44,6	67.615	48.935	45.022	
Receita operacional bruta	500.900	372.458	128.442	34,5	419.880	396.377	340.806	
(-) Tributos sobre a receita	(121.416)	(92.944)	(28.472)	30,6	(111.864)	(107.264)	(91.320)	
(-) Encargos setoriais	(43.693)	(34.024)	(9.669)	28,4	(35.809)	(38.361)	(34.942)	
Receita operacional líquida	335.791	245.490	90.301	36,8	272.207	250.752	214.544	

Dentre os fatores que foram determinantes para o aumento da receita operacional líquida em 2021, se destacam: (i) aumento de 32,1% (R\$ 96 milhões) com a receita de fornecimento de energia elétrica e a receita de uso do sistema de distribuição, decorrente do crescimento de mercado da ordem de 8,6% em relação a 2020; (ii) aumento de 31,7% (R\$ 9 milhões) com ativos e passivos financeiros setoriais, decorrente das diferenças entre os custos efetivos incorridos no período e aqueles previstos no último reajuste tarifário; (iii) aumento de R\$ 4 milhões com energia de curto prazo – CCEE, decorrente das liquidações financeiras dos excedentes de energia elétrica ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD); e (iv) aumento de 44,6% (R\$ 19 milhões) com subvenções vinculadas ao serviço concedido, decorrentes dos maiores descontos tarifários em função do crescimento de mercado frente ao ano anterior.

Resultados de 2021

5.3 Gastos operacionais

Os gastos não gerenciáveis (Parcela A) aumentaram R\$ 84,1 milhões (50,8%) em relação a 2020, fechando em R\$ 249,8 milhões contra R\$ 165,7 milhões. Os gastos gerenciáveis (Parcela B) totalizaram R\$ 66,7 milhões em 2021, representando um aumento de 15,1% (R\$ 8,7 milhões) em relação a 2020, quando o montante registrado foi de R\$ 58 milhões. A composição dos gastos operacionais da Santa Maria em 31 de dezembro pode ser assim demonstrada:

Descrição	2021		2020		Variação (R\$ mil)		Variação (%)	
	2021	2020	2021/2020	2021/2020	2019	2018	2017	
Gastos não gerenciáveis - Parcela A	249.820	165.693	84.127	50,8	174.099	168.966	139.974	
Energia elétrica comprada para revenda	189.610	131.080	58.530	44,7	145.582	136.806	118.678	
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	60.210	34.613	25.597	74,0	28.517	32.160	21.296	
Gastos gerenciáveis - Parcela B	66.673	57.915	8.758	15,1	56.974	54.558	51.617	
PMSO	53.909	49.483	4.426	8,9	49.158	44.803	43.497	
Pessoal	26.992	25.380	1.612	6,4	22.539	22.447	21.825	
Administradores	4.170	4.015	155	3,9	3.803	3.715	3.546	
Materiais	3.205	3.046	159	5,2	3.080	3.007	2.840	
Serviços de terceiros	11.595	10.294	1.301	12,6	10.277	8.270	7.733	
Arrendamentos e aluguéis	1.355	1.364	(9)	-0,7	1.297	1.178	1.171	
Seguros	369	380	(11)	-2,9	476	567	601	
Doações, contribuições e subvenções	129	200	(71)	-35,5	46	33	87	
Provisões	1.129	378	751	198,7	2.476	819	150	
Perdas na alienação de bens e direitos	-	-	-	0,0	19	73	22	
(-) Recuperação de despesas	(572)	(459)	(113)	24,6	(567)	(522)	(383)	
Tributos	328	282	46	16,3	383	325	1.457	
Gastos diversos	5.209	4.603	606	13,2	5.329	4.891	4.448	
Outros gastos operacionais	12.764	8.432	4.332	51,4	7.816	9.755	8.120	
Depreciação e amortização	12.548	9.930	2.618	26,4	10.460	10.378	10.269	
Outras receitas operacionais	(3.694)	(2.467)	(1.227)	49,7	(3.690)	(2.018)	(2.806)	
Outras despesas operacionais	3.910	969	2.941	303,5	1.046	1.395	657	
Total dos gastos operacionais	316.493	223.608	92.885	41,5	231.073	223.524	191.591	

O aumento dos gastos não gerenciáveis foi decorrente, principalmente, do forte impacto causado pelo cenário de escassez hídrica nos custos de geração de energia elétrica.

Os gastos com PMSO (pessoal, materiais, serviços e outros) em 2021 registraram crescimento da ordem de 8,9% (R\$ 4,4 milhões) em relação a 2020. Os gastos gerenciáveis totais foram impactados, principalmente, pelos seguintes fatores em 2021: (i) aumento de R\$ 1,6 milhão (6,4%) com pessoal; (ii) aumento de R\$ 1,3 milhão (12,6%) com serviços de terceiros; (iii) aumento de R\$ 2,6 milhões (26,4%) com depreciação e amortização; e (iv) aumento de R\$ 2,9 milhões com outras despesas operacionais, com predominância em perdas na desativação de bens e direitos.

5.4 Lucro líquido, geração de caixa e dividendos

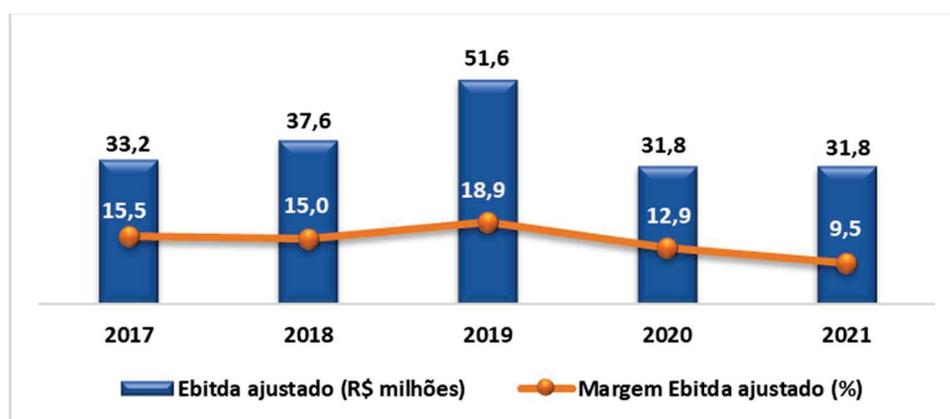
Em 2021, a Santa Maria registrou lucro líquido de R\$ 22,8 milhões, contra R\$ 19,1 milhões registrado no ano de 2020, representando um aumento de 19,4% ou R\$ 3,7 milhões. A geração operacional ajustada de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 31,8 milhões, mesmo valor de 2020. Esse desempenho decorre, principalmente, do aumento das receitas operacionais da Companhia, impactadas pelo crescimento de mercado frente ao ano anterior. A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Resultados de 2021

Descrição			Variação (R\$ mil)		Variação (%)		
	2021	2020	2021/2020	2021/2020	2019	2018	2017
Lucro líquido do exercício	22.811	19.106	3.705	19,4	32.678	23.675	18.912
(-) Reversão dos juros sobre o capital próprio	(7.525)	(7.129)	(396)	5,6	(7.833)	(7.314)	(7.276)
(+) Impostos	5.272	4.458	814	18,3	8.927	5.680	4.172
(+) Resultado financeiro	(4.297)	2.692	(6.989)	-259,6	2.896	1.783	4.265
(+) Depreciação e amortização	12.548	9.930	2.618	26,4	10.460	10.378	10.269
(=) EBITDA	28.809	29.057	(248)	-0,9	47.128	34.202	30.342
(+) Participações estatutárias	3.037	2.755	282	10,2	4.466	3.404	2.880
(=) EBITDA ajustado	31.846	31.812	34	0,1	51.594	37.606	33.222

Obs.: EBITDA ajustado: EBITDA mais participações estatutárias.

A evolução da margem EBITDA nos últimos 5 anos é demonstrada a seguir:



Com base nos resultados alcançados em 2021 (legislação societária), a Administração da Santa Maria irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no valor de R\$ 7,4 milhões (R\$ 1,16 por ação ordinária e R\$ 2,02 por ação preferencial) e juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 7,5 milhões (R\$ 1,46 por ação).

6. DESEMPENHO OPERACIONAL

6.1 Mercado de distribuição da Santa Maria

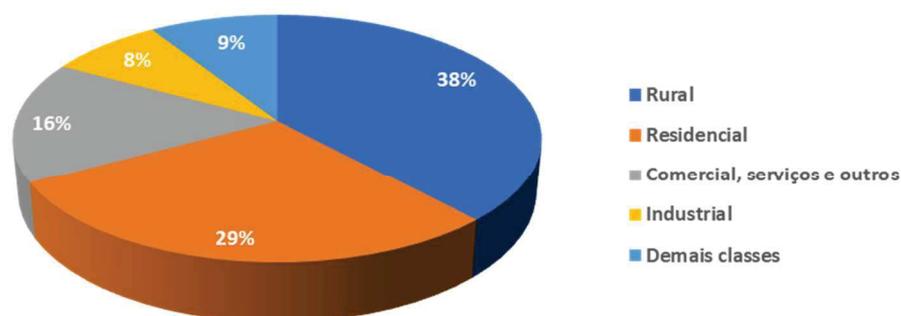
Em 2021, a venda de energia elétrica aos consumidores finais (mercado cativo) da Santa Maria totalizou 511,8 GWh, o que representou um crescimento de 8,6% em relação a 2020 (471,1 GWh). O desempenho positivo em 2021 é explicado, principalmente, pelo ambiente econômico mais favorável, associado, ainda, a fatores climáticos, com temperaturas mais elevadas ao longo do ano, especialmente até o mês de setembro. O comportamento do mercado cativo em GWh, por classe de consumo, é apresentado como segue:

Resultados de 2021

Classe de consumo	2021	2020	Variação (%)			
			2021/2020	2019	2018	2017
Rural	195,119	160,008	21,9	193,236	147,396	147,408
Residencial	148,235	148,020	0,1	144,840	133,459	129,072
Comercial, serviços e outros	81,181	78,015	4,1	87,902	81,979	78,895
Industrial	40,952	40,519	1,1	54,273	57,777	79,219
Iluminação pública	18,710	18,586	0,7	19,761	21,803	20,798
Poder público	14,066	12,706	10,7	16,584	14,920	14,210
Serviço público	12,912	12,676	1,9	12,504	12,001	11,805
Consumo próprio	0,645	0,630	2,4	0,725	0,710	0,684
Total	511,820	471,160		529,825	470,045	482,091
Variação	8,6%	-11,1%		12,7%	-2,5%	-7,6%

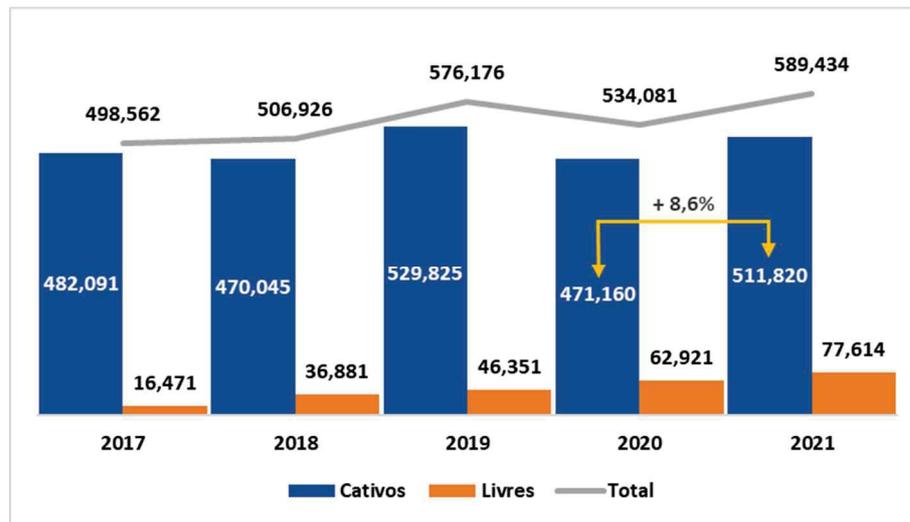
A classe de consumo com a variação mais relevante em relação ao ano anterior foi a classe rural, com aumento de consumo da ordem de 21,9%, especialmente pelo maior uso dos sistemas automatizados de irrigação em função dos menores volumes de chuvas registrados ao longo do ano.

A participação no mercado da Santa Maria, por classe de consumidores cativos, é demonstrada no gráfico a seguir:



Como a classe rural é a mais representativa da Santa Maria, com 38% de participação no mercado total, o desempenho do seu consumo, em particular, que está diretamente relacionado a fatores climáticos, acaba por impactar, significativamente, no resultado do consumo total, explicando, predominantemente, as variações bruscas de mercado que ocorrem de um ano para o outro.

A Companhia encerrou 2021 com 41 consumidores livres (38 em 2020). O gráfico a seguir apresenta a evolução do mercado na área de concessão da Santa Maria em GWh, cativo e livre, nos últimos 5 anos:



6.2 Perdas

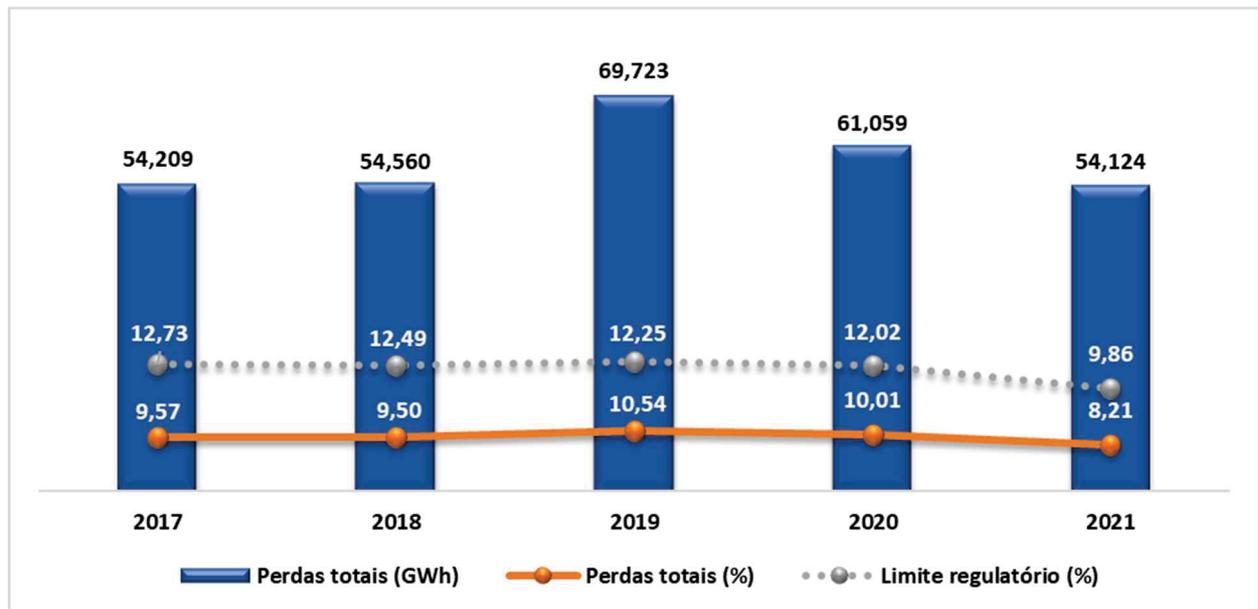
A Santa Maria intensifica a cada ano as ações de combate ao furto e à fraude, além de trabalhar firmemente no propósito de aperfeiçoar cada vez mais a fiscalização, como forma de reduzir as ligações clandestinas. Em 2021, as perdas totais de energia elétrica da Companhia situaram em 54,1 GWh, ou 8,2%, contra 61 GWh, ou 10%, em 2020. O comportamento das perdas é apresentado como segue:

Perdas técnicas (%)		Perdas não técnicas (%)		Perdas totais na distribuição (%)		Limite Aneel (%)
2020	2021	2020	2021	2020	2021	
8,58	8,11	1,43	0,10	10,01	8,21	9,86

Perdas técnicas (GWh)		Perdas não técnicas (GWh)		Perdas totais na distribuição (GWh)		Variação (%) 2021/2020
2020	2021	2020	2021	2020	2021	
52,313	53,486	8,746	0,638	61,059	54,124	-11,36

O gráfico a seguir apresenta a evolução das perdas totais de energia elétrica da Santa Maria nos últimos 5 anos:

Resultados de 2021



6.3 Taxas de arrecadação e inadimplência

6.3.1 Taxa de arrecadação

O desempenho da arrecadação é medido pela relação entre o valor total arrecadado com energia elétrica, inclusive de exercícios anteriores, e os valores faturados por fornecimento de energia elétrica com vencimento no exercício. Em 2021, essa taxa situou em 99,27%, contra 98,45% em 2020.

	2021	2020	2019	2018	2017
Taxa de arrecadação	99,27%	98,45%	102,47%	99,67%	99,14%

6.3.2 Taxa de inadimplência

A inadimplência é medida pela relação entre a Provisão para Perdas Esperadas de Créditos de Liquidação Duvidosa (“PPECLD”) e o faturamento acumulado no ano em análise. Na Santa Maria, essa razão foi de 0,12% em 2021 e de 0,27% em 2020.

	2021	2020	2019	2018	2017
Taxa de inadimplência	0,12%	0,27%	0,27%	0,27%	0,10%

6.4 Indicadores de qualidade dos serviços – DEC e FEC

Em decorrência dos investimentos realizados pela Companhia e das ações de manutenção preventiva realizadas periodicamente nas instalações do sistema de distribuição de energia elétrica, os indicadores DEC e FEC permaneceram em total conformidade com os padrões estabelecidos pela ANEEL. Os gráficos a seguir demonstram a evolução desses indicadores nos últimos 5 anos:



6.5 Relacionamento com o cliente

A Santa Maria mantém canais de relacionamento que são disponibilizados aos seus clientes permitindo maior interação, tais como: central de atendimento, web site, aplicativo para celular, WhatsApp e agências de atendimento presencial. Por meio desses canais, foram registrados 237.985 atendimentos no ano de 2021 (187.255 em 2020), sendo 96.691 por meio da central de atendimento, 9.781 via web site e aplicativo para celular, 29.342 via WhatsApp e 102.171 por meio das agências de atendimento presencial.

Além desses canais, há uma estrutura de ouvidoria, que, dentre as suas atribuições, acolhe as reclamações, sugestões, denúncias e elogios dos clientes, com a garantia de oferecer respostas a todas as suas manifestações, bem como realizar a intermediação com a ouvidoria da ANEEL, sempre de maneira ética, imparcial, justa, transparente, isonômica e cortês, atuando como representante dos direitos do cliente junto à Santa Maria. O serviço de ouvidoria da Santa Maria pode ser acessado por meio de telefone, e-mail, carta, fax, web site, aplicativo para celular, formulários e atendimento presencial, sempre que as manifestações relativas à prestação do serviço e aos direitos do consumidor não forem solucionadas pelos canais de atendimento de primeira instância. No ano de 2021, a ouvidoria da Santa Maria recepcionou 454 contatos de clientes (608 em 2020), sendo 1 denúncia, 1 sugestão, 7 elogios, 40 reclamações e 405 pedidos de informação.

Para garantir um atendimento de qualidade, a Santa Maria conta com uma moderna central de atendimento telefônico (Call Center), com infraestrutura e parque tecnológico de última geração, além de pessoal treinado para esse tipo de atendimento. Essa central opera 24 horas por dia, 7 dias por semana, e está estruturada para atendimentos comerciais e de emergência.

A Santa Maria também se faz presente fisicamente em toda a sua área de concessão, através de uma estrutura composta por 12 agências de atendimento presencial.

Pensando no bem-estar e comodidade de seus consumidores, a Santa Maria disponibiliza vários serviços que podem ser acessados por meio do portal do cliente, através de sua página na internet, onde também é possível encontrar várias notícias de cunho social e ambiental, bem como informações e dicas para um consumo consciente. Baixando o APP da Santa Maria, o cliente pode usufruir de todos esses serviços na palma da mão, sem sair de casa.

Antenada ao mundo digital, a Santa Maria iniciou em 2020 uma nova modalidade de atendimento, via WhatsApp. O novo canal foi batizado com o nome “Mari”, inspirado no nome da Companhia. Dentre os serviços disponíveis pelo WhatsApp estão a emissão de 2ª via de contas, consulta de

Resultados de 2021

débitos, informe de pagamento e religação de energia. Para esses serviços, o atendimento é realizado 24 horas por dia, 7 dias por semana, incluindo feriados.

6.6 Sistema de gestão da qualidade

Buscando atender à crescente demanda por qualidade e confiabilidade de seus serviços, a Santa Maria mantém implantado um Sistema de Gestão da Qualidade (“SGQ”), baseado na NBR-ISO 9001/2015.

A ISO 9001 é um conjunto de requisitos que tem por objetivo orientar as empresas no sistema de gestão da qualidade de seus processos, com o intuito de satisfazer seus clientes e buscar a melhoria contínua. Com o SGQ e o mapeamento de seus processos produtivos, a Santa Maria mantém padronizados todos os seus serviços, obtendo, dessa forma, maior qualidade na gestão de seu negócio. A estruturação dos processos auxilia na implementação de ações mais organizadas e assim, mais assertivas. A Santa Maria busca melhorar continuamente os seus processos, o que garante a atualidade do seu Sistema de Gestão da Qualidade.

Anualmente, acontecem auditorias externas realizadas pelo Organismo Certificador em setores alternados, sendo que a cada três anos, a Companhia é submetida a uma recertificação em que todas as áreas são auditadas. Ocorrem, também, em cumprimento à Resolução Normativa ANEEL nº 948/2021, auditorias internas a cargo do setor de Auditoria Interna, seguindo cronograma próprio.

Em 2021, de forma semipresencial em decorrência da pandemia, a Santa Maria recebeu a visita do BSI – *British Standards Institution* (Organismo Certificador) para realização da auditoria de manutenção, tendo sido recomendada, na ocasião, a manutenção de sua certificação.

Em 2022, atendendo ao calendário de auditorias externas, ocorrerá a auditoria de manutenção, prevista para o mês de maio.

6.7 Balanço energético

O balanço energético retrata a energia contratada para atendimento ao mercado da Companhia e as perdas na distribuição e na rede básica, sendo o saldo ajustado no mercado de curto prazo. A compra de energia elétrica em 2021 foi de 635,9 GWh. Desse montante, os contratos bilaterais representaram 16,5%, os CCEAR 25,1%, os contratos de energia base 48,3% e o MCSD 10,1%. O balanço energético da Santa Maria, em GWh, está apresentado como segue:

Suprimento (GWh)		Faturamento (GWh)	
Bilaterais (a)	105,228	511,820	Fornecimento
CCEAR (b)	159,584	15,705	Perdas na rede básica
Energia Base (c)	306,976	53,486	Perdas técnicas
MCSD (d)	64,114	0,638	Perdas não técnicas
Mercado de curto prazo	-54,253	77,614	Energia em trânsito
Energia em trânsito	77,614		
		Energia requerida 659,263	

Resultados de 2021

- Refere-se ao contrato de suprimento de energia elétrica firmado com a Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.;
- Refere-se aos contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (leilões);
- Refere-se ao Proinfra, às cotas de Angra I e II, às cotas de garantia física e à energia elétrica de Itaipu; e
- Refere-se ao mecanismo de compensação de sobras e déficits de energia elétrica.

O balanço energético dos últimos 5 anos é apresentado a seguir:

Energia requerida	Balanço energético (GWh)				
	2021	2020	2019	2018	2017
Venda de energia	511,820	471,160	529,825	470,045	482,091
- Fornecimento	511,820	471,160	529,825	470,045	482,091
Consumidores livres	77,614	62,921	46,351	36,881	16,471
Mercado atendido	589,434	534,081	576,176	506,926	498,562
Perdas na rede básica	15,705	14,722	16,135	13,310	13,347
Perdas na distribuição	54,124	61,059	69,723	54,560	54,209
- Perdas técnicas	53,486	52,313	56,774	49,355	48,588
- Perdas não técnicas - PNT	0,638	8,746	12,949	5,205	5,621
PNT / Energia requerida %	0,10%	1,43%	1,96%	0,91%	0,99%
Perdas totais - PT	69,829	75,781	85,858	67,870	67,556
PT / Energia requerida %	10,59%	12,43%	12,97%	11,81%	11,93%
Total	659,263	609,862	662,034	574,796	566,118

7. ESTRUTURA DE CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Companhia totalizou R\$ 39,8 milhões, superando o endividamento bruto. Por sua vez, o caixa líquido passou de R\$ 42 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 12,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. Consequentemente, a relação entre o caixa líquido e o EBITDA ajustado ao final de 2021 foi de -38,4%. A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia em 31 de dezembro:

Descrição	Variação (%)					
	2021	2020	2021/2020	2019	2018	2017
Empréstimos e financiamentos - curto prazo	26.568	1.397	1801,79	12.690	17.157	3.243
Empréstimos e financiamentos - longo prazo	1.008	2.050	-50,83	3.447	5.899	8.916
Endividamento bruto	27.576	3.447	700,00	16.137	23.056	12.159
Caixa e equivalentes de caixa	(39.812)	(45.514)	-12,53	(32.230)	(11.953)	(25.095)
Endividamento (caixa) líquido	(12.236)	(42.067)	-70,91	(16.093)	11.103	(12.936)
Endividamento (caixa) líquido / EBITDA ajustado (%)	-38,4	-132,2	-70,94	-31,2	29,5	-38,9

Obs.: EBITDA ajustado: EBITDA mais participações estatutárias.

8. CONTEXTO SETORIAL

O setor elétrico brasileiro é regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), tem suas diretrizes estabelecidas pelo Ministério de Minas e Energia (“MME”) e conta com a participação dos seguintes agentes institucionais: o Operador Nacional do Sistema (“ONS”), que tem a atribuição de coordenar e controlar a operação do Sistema Interligado Nacional (“SIN”); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), que é responsável pela contabilização e liquidação das transações no mercado de curto prazo e, sob delegação da ANEEL, realiza os leilões de energia

Resultados de 2021

elétrica; e a Empresa de Pesquisa Energética (“EPE”), que desenvolve os estudos e pesquisas para o planejamento do setor.

Elaborado com o objetivo de assegurar o fornecimento de energia elétrica e a modicidade tarifária, o marco deste modelo setorial foi a promulgação da Lei nº 10.848/2004, que dispõe sobre a atuação dos agentes dos segmentos de geração, distribuição, transmissão e comercialização.

8.1 Tarifas

A Santa Maria é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica sujeita à regulamentação da ANEEL e do MME, bem como aos termos do seu contrato de concessão. Dessa forma, a tarifa de fornecimento de energia elétrica (uso de rede e fornecimento), praticada pela Companhia na distribuição de energia a clientes finais, é determinada de acordo com o seu contrato de concessão e com a regulamentação estabelecida pela ANEEL.

Para preservar o equilíbrio econômico e financeiro inicial do contrato de concessão, são previstos três mecanismos de atualização da tarifa de energia elétrica: (i) reajuste tarifário anual; (ii) revisão tarifária periódica (a cada cinco anos); e (iii) revisão tarifária extraordinária.

A data de aniversário dos reajustes tarifários anuais e das revisões tarifárias periódicas da Santa Maria é 22 de setembro. Considerando que em 2021 a Santa Maria se submeteu à 5ª revisão tarifária periódica, a próxima revisão tarifária da Companhia ocorrerá em 2026.

8.2 Revisão tarifária periódica de 2021

Em setembro, foi homologado pela ANEEL o resultado da 5ª revisão tarifária periódica da Santa Maria, com efeito médio nas tarifas percebido pelos consumidores de 10,08%, sendo 12,08% para os consumidores de baixa tensão e 0,78% para os consumidores de alta tensão. A seguir, apresentamos a participação dos itens das Parcelas A e B na revisão tarifária:

Item	Descrição do item	Participação no processo tarifário				
		2021	2020	2019	2018	2017
1	Encargos setoriais	0,92%	3,78%	-5,28%	2,67%	-1,54%
2	Custos de transmissão	-1,07%	4,53%	-1,16%	0,44%	6,94%
3	Custos de aquisição de energia	-0,42%	6,14%	-3,78%	6,77%	4,06%
4	Total da Parcela A (1 + 2 + 3)	-0,57%	14,45%	-10,22%	9,88%	9,46%
5	Total da Parcela B	1,01%	0,32%	0,12%	-0,01%	0,32%
6	Índice de Reposicionamento Tarifário (4 + 5)	0,44%	14,77%	-10,10%	9,87%	9,78%
7	Efeito dos itens financeiros - Processo atual	6,94%	0,02%	0,17%	7,68%	4,30%
8	Efeito dos itens financeiros - Processo anterior	2,70%	2,10%	-4,25%	-3,23%	2,40%
9	Reajuste Total Médio das Tarifas (6 + 7 + 8)	10,08%	16,89%	-14,18%	14,32%	16,48%

8.2.1 Parcela A

A Parcela A corresponde aos custos que não são gerenciáveis pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica, e representam os gastos com a aquisição de energia elétrica, a transmissão de energia elétrica e os encargos setoriais, bem como as receitas irrecuperáveis, calculados

Resultados de 2021

considerando-se o Mercado de Referência, ou seja, o mercado faturado dos últimos 12 meses, e as condições vigentes na data da revisão tarifária periódica.

O detalhamento do resultado da Parcela A no processo de revisão tarifária periódica da Santa Maria pode ser assim demonstrado:

	Parcela A	R\$ mil
Encargos setoriais		50.558
Taxa de Fiscalização – TFSEE		372
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		38.687
Encargos de Serviços do Sistema e Energia de Reserva - ESS/EER		3.673
PROINFA		4.828
P&D e Eficiência Energética		2.998
Transporte de energia		38.941
Rede Básica		11.538
Rede Básica Fronteira		1.680
MUST Itaipu		2.186
Transporte de Itaipu		2.123
Conexão		516
Uso do sistema de distribuição e CCD		20.898
Aquisição de energia		137.089
Receitas irrecuperáveis		207
Parcela A		226.795

8.2.2 Parcela B

O detalhamento do resultado da Parcela B no processo de revisão tarifária periódica da Santa Maria pode ser assim demonstrado:

	Parcela B	R\$ mil
(1) Custo de administração, operação e manutenção - CAOM = (2)		49.792
(2) Custos operacionais – CO		49.792
(3) Custo anual dos ativos - CAA = (4)+(5)+(6)		44.789
(4) Remuneração do capital – RC		22.384
(5) Quota de reintegração regulatória – QRR		12.669
(6) Custo anual das instalações móveis e imóveis – CAIMI		9.736
(7) Parcela B - VPB = (1)+(3)		94.581
(8) Índice de produtividade da parcela B		0,56%
(9) Mecanismo de incentivo à qualidade		0,51%
(10) Parcela B com ajustes		93.564
(11) Outras receitas		2.337
(12) Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos		1.738
(13) Parcela B final = (10)-(11)-(12)		89.489

8.2.2.1 Custo de administração, operação e manutenção

Os custos operacionais correspondem aos custos que são gerenciáveis pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica, e representam os gastos com pessoal, materiais, serviços de terceiros e outros (PMSO), necessários à manutenção e operação do sistema elétrico.

Resultados de 2021

A determinação do nível eficiente para os custos operacionais é obtida pela comparação entre as distribuidoras, levando-se em consideração as características de cada concessionária (extensão de redes, número de consumidores e mercado, entre outras).

No caso da Santa Maria, a cobertura de custos operacionais presentes na tarifa (R\$ 49,8 milhões) está abaixo do intervalo de eficiência definido pelo método de benchmarking. Assim, haverá trajetória de elevação destes custos ao longo do próximo ciclo por meio do componente T do Fator X.

8.2.2.2 Custo anual dos ativos

8.2.2.2.1 Base de remuneração regulatória

Para a avaliação dos ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração no Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente, devem ser observadas as seguintes diretrizes: (i) a base de remuneração aprovada no CRTP anterior deve ser “blindada”, entendendo-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações; (ii) as inclusões entre as datas-base do CRTP vigente e anterior, desde que ainda em operação, compõem a base incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária do CRTP vigente; (iii) os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item i) com os valores da base de remuneração incremental (item ii); (iv) considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente; e (v) a base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõe a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração da Santa Maria na 5ª revisão tarifária periódica:

Base de remuneração regulatória – BRR		R\$ mil
(1)	Ativo imobilizado em serviço (VNR)	557.813
(2)	Índice de aproveitamento integral	74
(3)	Obrigações especiais bruta	138.253
(4)	Bens totalmente depreciados	78.921
(5)	Base de remuneração bruta = (1)-(2)-(3)-(4)	340.565
(6)	Depreciação acumulada	294.041
(7)	AIS líquido (VMU) = (1)-(6)	263.772
(8)	Índice de aproveitamento depreciado	60
(9)	Valor da base de remuneração (VBR) = (1)-(6)-(8)	263.712
(10)	Almoxarifado em operação	1.106
(11)	Obrigações especiais líquida	81.136
(12)	Terrenos e servidões	1.921
(13)	Base de remuneração líquida total = (9)+(10)-(11)+(12)	185.603
(14)	Base de remuneração ativos concessionária	185.149
(15)	WACC antes dos impostos	10,64%
(16)	Remuneração ativos concessionária = (14)*(15)	19.691
(17)	Base obrigações especiais	138.253

Resultados de 2021

(18)	Taxa de remuneração das obrigações especiais	1,94%
(19)	Remuneração de obrigações especiais = (17)*(18)	2.683
(20)	Saldo RGR/PLPT	454
(21)	Taxa RGR/PLPT	2,17%
(22)	Remuneração RGR/PLPT = (20)*(21)	10
(23)	Remuneração do capital = (16)+(19)+(22)	22.384
(24)	Taxa de depreciação	3,72%
(25)	Quota de reintegração regulatória = (5)*(24)	12.669

8.2.2.2.2 Custo anual das instalações móveis e imóveis

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI da Santa Maria:

Custo anual das instalações móveis e imóveis - CAIMI		R\$ mil
(1)	Base de anuidade regulatória – BAR	55.784
(2)	Base de anuidade de infraestrutura de móveis e imóveis administrativos - BARA	25.103
(3)	Base de anuidade de veículos – BARV	6.694
(4)	Base de anuidade de sistemas de informática – BARI	23.987
(5)	Anuidade de infraestrutura de móveis e imóveis administrativos - CAL	2.622
(6)	Anuidade de veículos – CAV	1.312
(7)	Anuidade de sistemas de informática – CAI	5.802
(8)	CAIMI = (5)+(6)+(7)	9.736

8.2.2.3 Ajustes da Parcela B

O índice de ajuste de mercado considera os ganhos potenciais de produtividade no ano anterior à revisão tarifária (período de referência), e o período em que as tarifas definidas na revisão estarão vigentes. O Fator de Ajuste de Mercado, calculado para aplicação na atual revisão tarifária da Santa Maria, é de 0,56%.

O Mecanismo de Incentivo à Melhoria da Qualidade busca incentivar a melhoria contínua dos indicadores. Além de observar o desempenho entre as concessionárias, ajusta o valor da Parcela B na revisão tarifária de acordo com o comportamento dos indicadores de qualidade técnico e comercial da distribuidora. O Fator de Ajuste de Qualidade, calculado para aplicação na atual revisão tarifária da Santa Maria, foi definido em 0,51%.

8.2.2.4 Outras receitas, ultrapassagem de demanda e excedente de reativos

As concessionárias de distribuição de energia elétrica possuem, além das receitas decorrentes da aplicação das tarifas, outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, que são denominadas de “Outras Receitas”. Estas podem ser classificadas em duas categorias, conforme sua natureza: (i) “receitas inerentes ao serviço de distribuição de energia elétrica”, que são as relativas aos serviços cobráveis, e (ii) “receitas de atividades acessórias”, que

Resultados de 2021

são atividades de natureza econômica acessórias ao objeto do contrato de concessão, exercida por conta e risco das concessionárias.

Um percentual dessas receitas (60%) é compartilhado com os consumidores para fins de modicidade tarifária, calculado nos termos do submódulo 2.7A do PRORET – Procedimentos de Regulação Tarifária. Na revisão tarifária de 2021 da Santa Maria, R\$ 2,3 milhões foi compartilhado com os consumidores.

As concessionárias de distribuição de energia também realizam a cobrança de demandas que excederem em mais de 5% os valores previamente contratados por ponto de conexão, sendo esta chamada “Ultrapassagem de Demanda”. Além disso, aplicam a cobrança sobre os montantes de energia reativa e demanda de potência reativa que infringirem o limite que resulte em fator de potência igual a 0,92, sendo chamado “Excedente de Reativos”.

O tratamento destas receitas adicionais auferidas pelas distribuidoras é disciplinado conforme o Submódulo 2.7A do PRORET. No caso da Santa Maria, foram considerados os valores de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativos entre setembro de 2020 a agosto de 2021, informados pela SFF/ANEEL.

Tais valores estão sendo subtraídos da Parcela B, proporcionalizados de acordo com o ciclo tarifário da empresa e corrigidos pela Taxa Selic.

Também estão sendo considerados os valores entre a data-base do laudo de ativos do 4º CRTP da Santa Maria (março/2016) e a data da DRAC da distribuidora (fevereiro/2017), que foram proporcionalizados de acordo com o ciclo tarifário da empresa, atualizados pela taxa Selic e deduzidos da Parcela B.

Dessa forma, na revisão tarifária periódica da Santa Maria, foi deduzido da Parcela B o montante de R\$ 1,7 milhão a título de ultrapassagem de demanda (R\$ 437 mil) e excedente de reativos (R\$ 1,3 milhão).

8.2.3 Itens financeiros

Os componentes tarifários financeiros não fazem parte da base econômica e se referem a valores a serem pagos ou recebidos pelos consumidores em cada período de 12 meses subsequentes aos processos tarifários, em função de obrigações legais e regulamentares impostas às distribuidoras.

A inclusão dos itens financeiros na revisão tarifária da Santa Maria representou 6,94%, enquanto a retirada dos itens financeiros do processo tarifário anterior representou 2,70%.

8.3 Repasses da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

A ANEEL também homologou em setembro, recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (“CDE”), a serem repassados à Santa Maria pela CCEE, para custear descontos tarifários concedidos aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, no montante de R\$ 67,6 milhões (R\$ 38,5 milhões em 2020). O valor dos descontos tarifários é registrado mensalmente pela Companhia como receita operacional.

9. GESTÃO DE PESSOAS

9.1 Empregados

Na área de recursos humanos, a Santa Maria atua para fortalecer a gestão por resultados, sustentada na busca por um ambiente de trabalho ético, justo e responsável, que proporcione qualidade de vida e satisfação aos empregados, garantindo condições de desempenho, desenvolvimento e reconhecimento profissional.

Em 2021, dando prosseguimento às ações do RH Estratégico implantado em 2020, iniciou-se o desenvolvimento do módulo de avaliação de competência e desempenho, onde o objetivo é estabelecer sistemática anual de avaliação de competências e desempenho individual dos colaboradores, visando o aprimoramento das competências técnicas e comportamentais, bem como, formar um “banco” de possíveis sucessores para os cargos, garantindo o sucesso da continuidade dos negócios, mediante a retenção de talentos frente a sucessão planejada e transparente, sem prejuízos e riscos. E ainda, estabelecer a metodologia para aplicação do plano de meritocracia, com base no plano de cargos e salários, sempre que houver a disponibilidade de recursos financeiros.

Ao final de 2021, 339 colaboradores (304 ao final de 2020) integravam o quadro funcional da Companhia, com a seguinte composição por gênero e categoria funcional:

Categoria funcional	Homens	% dos homens	Mulheres	% das mulheres	Total	% do total
Gerência	36	12%	6	13%	42	12%
Engenheiros, especialistas e analistas	78	27%	23	50%	101	30%
Eletricistas, técnicos e operadores	179	61%	17	37%	196	58%
Total	293	100%	46	100%	339	100%

Além desse contingente, a Santa Maria contava também com 62 colaboradores terceirizados.

O nível de escolaridade dos empregados próprios da Companhia em 31.12.2021 está apresentado a seguir:

Nível de escolaridade	Nº de colaboradores	% dos colaboradores
Ensino superior completo	77	23%
Ensino médio	178	53%
Ensino fundamental	84	25%
Total	339	100%

Ao longo do ano de 2021, foram registradas 62 admissões (48 homens e 14 mulheres) e 27 desligamentos (todos homens).

Na área de treinamento e desenvolvimento, a Santa Maria mantém um programa de capacitação permanente para os seus colaboradores. Em 2021, destacamos os seguintes:

- Atendimento ao consumidor para atendentes e tele atendentes;
- Código de ética para auditores internos;
- Contabilidade e IFRS para empresas do setor de energia elétrica;
- Curso de capacitação e certificação em ouvidoria;
- Divulgação de informações, código de conduta ética, *compliance* e anticorrupção;
- Excel completo (básico, intermediário e avançado);
- Formação em lucro real;
- Gestão de compras e negociação com fornecedores;

Resultados de 2021

- Lei geral de proteção de dados – LGPD;
- Reciclagem dos cursos NR 10 e NR 35;
- NR 20 - Segurança e saúde com inflamáveis e combustíveis;
- Operador de guindauto (cesto aéreo); e
- Secretaria de governança corporativa.

Adicionalmente, a Santa Maria também garante aos seus colaboradores o direito de livre associação, e negocia e firma acordos coletivos de trabalho com o sindicato que os representa. Esses acordos incluem o reajuste salarial anual e atualizações do plano de benefícios, dentre outros temas.

9.2 Saúde e segurança no trabalho

A saúde e segurança no trabalho é uma prioridade para a Santa Maria. Além de atender a toda legislação vigente, a Companhia orienta e treina seus colaboradores por meio de campanhas e ações específicas.

Pelo segundo ano consecutivo, em virtude das restrições causadas pela pandemia, não foi possível realizar a Semana Interna de Prevenção de Acidentes – SIPAT.

Contudo, a área de saúde e segurança no trabalho atuou com protagonismo à frente do Comitê Gestor de Crise, criado pela Santa Maria para acompanhar e determinar ações administrativas de prevenção e proteção à covid-19. Por meio de um protocolo criado para esse fim, foram definidas diversas ações, dentre as quais destacamos:

- Utilização obrigatória de máscaras em ambientes onde estejam concentrados mais de uma pessoa;
- Distribuição de máscaras para todos os empregados;
- Distribuição de álcool para higienização;
- Encaminhamento de parte dos empregados para trabalho em home office;
- Limpeza dos equipamentos individuais;
- Aferição da temperatura; e
- Campanhas internas voltadas para a prevenção da doença e distribuição de panfletos informativos.

Adicionalmente, no final do mês de maio de 2021, a Companhia patrocinou uma campanha de vacinação contra a gripe (Vacina Influenza Quadrivalente – 4 Cepas), imunizando mais de 300 colaboradores. As doses foram adquiridas pela Santa Maria na rede privada, sem custo para os empregados.

10. PESQUISA & DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

10.1 Pesquisa & Desenvolvimento

No ano de 2021 foram finalizados 2 (dois) projetos de P&D, intitulados “Sistema Integrado para Indicação de Ações Técnicas de Combate às Perdas Elétricas em Redes de Distribuição Urbanas e Rurais de MT e BT Através da Monitoração Online Centralizada de Grandezas Elétricas” e “Aperfeiçoamento da Estrutura das Tarifas de Energia Elétrica no Brasil”.

Como resultado do primeiro projeto, foi desenvolvida uma plataforma computacional para identificação de faturamentos atípicos em unidades consumidoras baseada no uso de algoritmos de

Resultados de 2021

Inteligência Artificial, viabilizando a realização de inspeções em campo, visando à detecção de unidades consumidoras com alterações de hábitos de consumo e/ou indícios de fraudes.

O valor total investido nesse projeto foi de R\$ 1,2 milhão, sendo que, por se tratar de um projeto cooperado, financiado por mais 2 (duas) empresas de energia elétrica além da Santa Maria, a parcela da Companhia correspondeu a R\$ 801 mil.

Por meio de uma projeção realizada, considerando o potencial de identificação de faturamentos atípicos e, por sua vez, de fraudes, estima-se que o retorno financeiro do projeto (*payback*) ocorrerá entre o segundo e o terceiro ano após utilização massiva da plataforma desenvolvida.

A execução do projeto resultou na solicitação de registro de *software* no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), referente à plataforma computacional para identificação de faturamentos atípicos (*software* PIFA).

Relativamente ao segundo projeto, seu objetivo foi alcançado, tendo sido elaborada uma nova proposta de regulação do setor elétrico, com desenho tarifário mais amplo, contemplando integralmente os horários de carregamento das redes elétricas – visão holística, ao longo do ano e com liberdade de definição dos postos tarifários – cujo trabalho poderá servir de base para tomada de decisões pelo agente regulador. O investimento total no projeto foi de R\$ 944 mil.

Além dos projetos concluídos, no ano de 2021 foi iniciado outro projeto intitulado “Desenvolvimento e implantação de um sistema de monitoramento, alertas e apoio à tomada de decisão de baixo custo, visando à otimização da operação de PCH’s e CGH’s”.

Como resultado do projeto, espera-se o desenvolvimento de um sistema completo, incluindo *hardware*, *firmware* e *software*, para o monitoramento, alertas e apoio à tomada de decisão de Central Geradora Hidroelétrica, denominado SisM-GH, tendo como base as tecnologias atuais de IoT e *Cloud Computing*, tais como: sensores de grandezas elétricas, leitores de grandezas elétricas, sensores de medição de níveis de água, leitores de níveis de água, equipamento de comunicação com os leitores e transmissão de dados pela internet.

O valor total previsto para investimento no projeto é de R\$ 637 mil, com um prazo de execução de 24 (vinte e quatro) meses e previsão de conclusão em janeiro/2023.

10.2 Eficiência energética

Não foram executados projetos de eficiência energética no ano de 2021, tendo sido iniciado o planejamento para execução de um novo projeto no ano de 2022, destinado à substituição de luminárias convencionais de iluminação pública por luminárias LED, em continuidade a um projeto já realizado pela Santa Maria nos anos de 2018 e 2019.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A Santa Maria apoia e desenvolve projetos que promovam educação, cultura, esporte, geração de renda, empreendedorismo, melhoria ambiental e desenvolvimento econômico e social nas comunidades onde está inserida. Entre as principais ações realizadas no último ano, destacam-se:

Patrocínios, apoios, doações e iniciativas ambientais

- Doação para a Associação Amigas para o Bem Viver. A associação é uma ONG situada no município de Colatina, que apoia pacientes no enfrentamento do câncer e na busca pela sua recuperação, oferecendo vários serviços, tais como atendimento psicológico e jurídico, confecção de perucas e próteses mamárias;
- Apoio à campanha do Outubro Rosa em Colatina;
- Continuidade do projeto Escola de Eletricista de Redes de Distribuição, criado em parceria com o SENAI Colatina, com o objetivo de qualificar profissionais que tenham interesse em trabalhar na área de distribuição de energia elétrica. O curso possui carga horária de 320 horas, e é totalmente gratuito aos participantes. Em 2021, foi formada a segunda turma, que teve 16 dos 20 alunos formados contratados pela Santa Maria;
- Doação de uma Central de Monitoração para a Pediatria (covid-19) do Hospital Silvio Avidos, em Colatina;
- Doação de um Transformador Trifásico Pedestal 300KVA-15KV para a Mitra Diocesana de Colatina (Paróquia Sagrado Coração de Jesus);
- Doação de cestas básicas para famílias carentes impactadas pela pandemia (projeto organizado pela Prefeitura Municipal de Colatina, por meio da Secretaria de Assistência Social);
- Doação de um ar condicionado split 60.000 BTU's para a Farmácia popular do município de Colatina;
- Manutenção do Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD, com a finalidade de prevenir, controlar, mitigar ou compensar impactos ambientais nas comunidades em que atua;
- Apoio ao projeto Plantar é Viver, que vem crescendo a cada edição e ganhando importância na região noroeste capixaba, como propagador da consciência ambiental, principalmente entre as crianças. Além de educar, o projeto faz com que as pessoas coloquem a mão na massa com o plantio de árvores nativas.

12. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia não contratou da Baker Tilly Brasil – ES Auditores Independentes, seu auditor externo, outros serviços além da auditoria independente e serviços por exigência da ANEEL. A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que principalmente determinam que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Contábeis Regulatórias**1. Balanços patrimoniais regulatórios – Ativo**

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	39.812	45.514
Consumidores	6	37.795	38.232
Tributos compensáveis	7	15.330	18.231
Almoxarifado operacional	8	1.492	1.401
Ativos financeiros setoriais, líquidos	9	54.910	14.450
Despesas pagas antecipadamente	35.1	209	201
Reembolsos do fundo da CDE	10	23.198	5.351
Outros ativos circulantes	11	691	487
Total do ativo circulante		173.437	123.867
Ativo não circulante			
Tributos compensáveis	7	1.009	17.674
Depósitos judiciais e cauções	29.1	80	130
Outros ativos não circulantes	11	787	472
Imobilizado	12	269.910	208.476
Intangível	13	1.061	708
Total do ativo não circulante		272.847	227.460
Total do ativo		446.284	351.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

2. Balanços patrimoniais regulatórios – Passivo

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A
CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2019
Passivo			
Passivo circulante			
Fornecedores	14	24.712	18.667
Concessionárias e permissionárias	15	9.361	9.332
Empréstimos e financiamentos	16	26.568	1.397
Obrigações sociais e trabalhistas	17	8.708	8.150
Tributos	18	11.583	11.065
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	19	13.838	11.959
Encargos setoriais	20	14.810	6.478
Consumidores	21	15.937	16.312
Provisões	29	1.052	300
Outros passivos circulantes	22	2.019	1.785
Total do passivo circulante		128.588	85.445
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	1.008	2.050
Tributos	18	24.677	11.914
Provisões	29	120	427
Consumidores	21	7.009	23.379
Outros passivos não circulantes	22	237	247
Obrig. vinc. à concessão do serv. público de energia elétrica	23	78.765	63.293
Total do passivo não circulante		111.816	101.310
Total do passivo		240.404	186.755
Patrimônio líquido	24		
Capital social	24.1	130.000	120.000
Reservas de lucro	24.2	39.498	34.215
Outros resultados abrangentes	24.3	36.382	10.357
Total do patrimônio líquido		205.880	164.572
Total do passivo e do patrimônio líquido		446.284	351.327

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

3. Demonstrações dos resultados dos exercícios regulatórios

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso			
Fornecimento de energia elétrica		208.305	141.950
Energia elétrica de curto prazo		6.762	2.609
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		186.103	156.633
Ativos e passivos financeiros setoriais		37.053	28.144
Serviços cobráveis		802	343
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		61.875	42.779
Total da receita bruta		500.900	372.458
Tributos			
ICMS		(82.738)	(63.864)
PIS-PASEP		(6.899)	(5.187)
Cofins		(31.779)	(23.893)
Total dos tributos		(121.416)	(92.944)
Encargos - Parcela "A"			
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(1.679)	(1.227)
Programa de eficiência energética - PEE		(1.679)	(1.227)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(32.937)	(30.641)
Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE		(358)	(358)
Outros encargos		(7.040)	(571)
Total dos encargos - Parcela "A"		(43.693)	(34.024)
Receita líquida / Ingresso líquido	25	335.791	245.490
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda		(189.610)	(131.080)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		(60.210)	(34.613)
Total dos custos não gerenciáveis - Parcela "A"	26	(249.820)	(165.693)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		85.971	79.797
Custos gerenciáveis - Parcela "B"			
Pessoal e administradores		(31.162)	(29.395)
Material		(3.205)	(3.046)
Serviços de terceiros		(11.595)	(10.294)
Arrendamentos e aluguéis		(1.355)	(1.364)
Seguros		(369)	(380)
Doações, contribuições e subvenções		(129)	(200)
Provisões		(1.129)	(378)
Perdas na alienação de bens e direitos		-	-
(-) Recuperação de despesas		572	459
Tributos		(328)	(282)
Depreciação e amortização		(12.548)	(9.930)
Gastos diversos		(5.209)	(4.603)
Outras receitas operacionais		3.694	2.467
Outras despesas operacionais		(3.910)	(969)
Total dos custos gerenciáveis - Parcela "B"	27	(66.673)	(57.915)
Resultado da atividade		19.298	21.882
Resultado financeiro			
Despesas financeiras		(13.476)	(13.999)
Receitas financeiras		17.773	11.307
Total do resultado financeiro	28	4.297	(2.692)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		23.595	19.190
Imposto de renda	18.2	(3.147)	(2.773)
Contribuição social	18.2	(2.125)	(1.685)
Participações e contribuições	34	(3.037)	(2.755)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	19	7.525	7.129
Resultado líquido do exercício		22.811	19.106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

4. Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórios

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2021	2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		22.811	19.106
Ajustes das receitas/despesas que não afetam o caixa			
Depreciação e Amortização	27	17.971	14.544
Amortização das obrigações especiais	27	(4.790)	(3.999)
Atualização monetária de ativos e passivos financeiros setoriais	28	(3.407)	(722)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	28	305	76
Resultado com derivativos - Swap	28	181	(2.470)
Provisões		1.129	378
Devolução de incentivo fiscal - Portaria nº 3.114/2019		-	(268)
Reversão de provisão - Gratificação administradores		(81)	1.650
		34.119	28.295
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante			
Contas a receber de clientes e outros	6	540	(6.729)
Concessionárias e permissionárias	15	-	11.198
Tributos compensáveis	7	19.566	11.446
Amoxtifado operacional	8	(91)	32
Despesas pagas antecipadamente	35.1	(8)	14
Depósitos judiciais e cauções	29.1	50	(21)
Ativos financeiros setoriais, líquidos	9	(37.053)	(6.238)
Reembolsos do fundo da CDE	10	(17.847)	15.954
Outros ativos	11	(985)	(31)
		(35.828)	25.625
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante			
Fornecedores	14	6.045	1.338
Concessionárias e permissionárias	15	29	-
Obrigações sociais e trabalhistas	17	558	374
Tributos	18	(2.784)	1.520
Encargos setoriais	20	8.027	1.252
Consumidores	21	(16.745)	(9.178)
Liquidações de litígios	29	(321)	(398)
Outros passivos	22	225	223
		(4.966)	(4.869)
Caixa líquido das atividades operacionais		(6.675)	49.051
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao imobilizado e intangível	12 e 13	(21.738)	(13.437)
Adições as obrigações especiais	23	4.682	3.415
Baixas do ativo imobilizado e intangível	12 e 13	4.812	1.162
Caixa líquido das atividades de investimento		(12.244)	(8.860)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital		6.059	-
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio	19	(16.790)	(16.687)
Captação de empréstimos e financiamentos	16.3	24.900	-
Amortização de principal e encargos sobre empréstimos e financiamentos	16.3	(1.526)	(13.166)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	28	574	2.946
Caixa líquido das atividades de financiamento		13.217	(26.907)
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		(5.702)	13.284
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		45.514	32.230
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		39.812	45.514
Aumento (diminuição) no caixa e equivalentes de caixa		(5.702)	13.284

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

5. Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A CNPJ nº 27.485.069/0001-09

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucro			Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
		Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros			
Saldos em 01 de janeiro de 2020	112.499	4.906	5.033	22.891	12.469	-	157.798
Aumento do capital social	7.501	(4.459)	-	(3.042)	-	-	-
Outros resultados abrangentes:							
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	3.198	(3.198)	-	-
Efeito dos tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(1.086)	1.086	-	-
Reversão de provisões no exercício:							
Gratificação de administradores	-	-	-	1.650	-	-	1.650
Reversão de incentivo fiscal - Portaria nº 3.114/2019	-	(268)	-	-	-	-	(268)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	19.106	19.106
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	2.177	-	-	-	(2.177)	-
Constituição de reserva legal	-	-	938	-	-	(938)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	2.963	-	(2.963)	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	(686)	-	(13.028)	(13.714)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	120.000	2.356	5.971	25.888	10.357	-	164.572
Aumento do capital social	10.000	(2.054)	-	(1.887)	-	-	6.059
Outros resultados abrangentes:							
Reavaliação de elementos do ativo	-	-	-	-	47.254	-	47.254
Reavaliação de elementos do ativo - IR/CS diferidos	-	-	-	-	(16.066)	-	(16.066)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	7.822	(7.822)	-	-
Efeito dos tributos sobre a realização da reserva de reavaliação	-	-	-	(2.659)	2.659	-	-
Provisões e Reversões no exercício:							
Gratificação de administradores	-	-	-	(81)	-	-	(81)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	22.811	22.811
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:							
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	3.145	-	-	-	(3.145)	-
Constituição de reserva legal	-	-	1.228	-	-	(1.228)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	3.471	-	(3.471)	-
Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio	-	-	-	(3.702)	-	(14.967)	(18.669)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	130.000	3.447	7.199	28.852	36.382	-	205.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Empresa Luz e Força Santa Maria S/A

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias dos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Empresa Luz e Força Santa Maria S/A (“Santa Maria” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, de direito privado, concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica, sediada no município de Colatina, Estado do Espírito Santo, Brasil. A Companhia detém a outorga de concessão de serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos do Contrato de Concessão nº 20/1999-ANEEL, com vigência até 7 de julho de 2045, atuando em 11 municípios no Estado do Espírito Santo, com uma área de concessão de 4.994 km². As atividades da Companhia são reguladas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

1.1 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

As principais obrigações estabelecidas às partes no contrato de concessão são as seguintes:

Concedente: fiscalizar o cumprimento do contrato; garantir a prestação do serviço de forma adequada; prorrogar o prazo do contrato, se for necessário, para garantir a qualidade do atendimento a custos adequados; reajustar as tarifas para garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato; e quando receber a concessão deverá indenizar, conforme disposto na lei, as parcelas dos investimentos vinculados, não amortizados ou depreciados na data da reversão, descontado, no caso da caducidade, o valor das multas contratuais e dos danos causados pela Companhia.

Companhia: manter permanentemente atualizado o cadastro dos bens e das instalações; manter equipamentos em perfeitas condições de funcionamento e ter as condições técnicas para assegurar a continuidade e a eficiência dos serviços; cobrar, pelo fornecimento e pelo suprimento de energia elétrica, as tarifas homologadas pela Concedente; e efetuar os investimentos necessários para garantir a prestação do serviço.

A concessão poderá ser extinta pelo advento do termo contratual, pela encampação do serviço, pela caducidade, pela rescisão, e por irregularidades ou falência da concessionária.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Resultados de 2021

As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa por apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciada de algumas normas contábeis societária e regulatória. Estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração em sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de fevereiro de 2022.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, quando requerido nas normas contábeis. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota Explicativa nº 32.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis requer que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis regulatórias.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas continuamente, com base na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: (i) o registro da receita de fornecimento de energia e de uso da rede do sistema de distribuição não faturados (Nota Explicativa nº 25); (ii) o registro de provisão da comercialização de energia no âmbito da CCEE (Nota Explicativa nº 25); (iii) a análise do risco de crédito para determinação das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (Nota Explicativa nº 6); (iv) reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios (Nota Explicativa nº 29); e (v) valores a compensar e/ou repassar da Parcela A e outros itens financeiros (Nota Explicativa nº 9).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis regulatórias apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis regulatórias.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e aplicações financeiras com liquidez imediata, de curto prazo com liquidez até 90 dias, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no seu valor justo. São registrados inicialmente pelo custo das transações originárias, sendo demonstrados pelo custo acrescido de juros contratuais auferidos até a data do balanço (Nota Explicativa nº 5).

b) Instrumentos Financeiros

- Ativos financeiros

Os ativos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão, valores a compensar da parcela A e outros itens financeiros, além de outros créditos realizáveis por caixa.

A Companhia reconhece os recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro, que não possua um componente de financiamento significativo, é inicialmente mensurado pelo valor justo acrescido, para um item que não é VJR (Valor Justo por meio do Resultado), dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um recebível sem um componente de financiamento significativo é inicialmente mensurado pelo preço da transação.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e

Resultados de 2021

benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos, ou em que a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e não detém o controle do ativo financeiro.

- **Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou VJR. Um passivo financeiro é classificado ao VJR se for classificado como mantido para negociação, caso seja um derivativo ou caso seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os passivos financeiros ao VJR são mensurados pelo valor justo e os ganhos e perdas líquidos, incluindo qualquer despesa de juros, são reconhecidos no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Despesas com juros e ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando suas obrigações contratuais são baixadas ou canceladas ou expiram.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

- **Compensação de saldos (“*offsetting*”)**

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem um direito legal de compensar os valores e pretende liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

- **Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge* (“*hedge accounting*”)**

Quando da existência de contratos submetidos a variações cambiais, a Companhia faz uso de derivativos com o objetivo de proteção das suas exposições ao risco de moeda estrangeira e taxa de juros, utilizando a contabilização de *hedge* (*hedge accounting*). A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção são registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício e/ou em contas específicas no patrimônio líquido.

c) Consumidores

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado aos consumidores finais e pelo valor da energia fornecida e consumida e não faturada, e incluem os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo, e estão apresentados pelo seu valor presente ajustado pela redução ao seu provável valor de recuperação por meio da constituição de provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa – PPECLD (Nota Explicativa nº 6);

d) Estoques

Estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização.

Resultados de 2021

e) Redução ao valor recuperável (impairment)

Ao final de cada exercício a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa a qual pertence o ativo. A Companhia considera sua rede integrada de distribuição, compondo uma única unidade geradora de caixa. O valor recuperável do ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor líquido de venda. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foi constatada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

f) Ativo imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação registrado. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da outorga (concessão, permissão e/ou autorização). O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício (Nota Explicativa nº 12).

g) Ativo imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização:

(a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização;

Resultados de 2021

(b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização;

(c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e

(d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, as empresas de distribuição de energia têm incluído parte dos custos da administração central, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros (Nota Explicativa nº 12).

h) Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível (Nota Explicativa nº 13).

i) Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias e de consumidores não cooperados das permissionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente (Nota Explicativa nº 23).

j) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura vinculados à prestação de serviço público, utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, substituída pela Resolução Normativa ANEEL nº 691, de 8 de dezembro de 2015, vigente até 30 de novembro de 2021, bem como a atual norma prevista na Resolução Normativa ANEEL nº 948, de 16 de novembro de 2021, regulamenta a desvinculação dos ativos de infraestrutura das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando

Resultados de 2021

destinados à alienação, deduzido dos encargos incidentes sobre os mesmos, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

k) Reserva de reavaliação

É realizada proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL (Nota Explicativa nº 24.3).

l) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos, com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração.

m) Subvenções governamentais

A receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, é reembolsada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”).

n) Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A, pela ANEEL, e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos.

Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos de reajuste ou revisão tarifária ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sido recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão (Nota Explicativa nº 9).

o) Empréstimos e financiamentos

São demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva ou valor justo.

p) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social corrente e diferido. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

- Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante do imposto corrente a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado do imposto a ser pago ou recebido que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de tributos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A apuração do imposto de renda a pagar é influenciada positivamente pelo incentivo fiscal SUDENE, válido até 2027, que provê à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do imposto de renda, calculado com base no lucro da exploração, nos termos do Laudo Constitutivo nº 77/2018, expedido pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (“SUDENE”), reconhecido pela Receita Federal do Brasil (“RFB”) por meio do Despacho Decisório nº 224/2020-EBEN-DEVAT07/DRF/NIT e do Ato Declaratório Executivo nº 83/2020. Esse incentivo fiscal foi reconhecido no resultado do exercício da Companhia. Em atendimento ao que determina a Portaria do Ministério da Integração Nacional nº 2091-A, de 28 de dezembro de 2007, o valor do imposto de renda que deixar de ser pago não poderá ser distribuído aos acionistas, devendo ser transferido para a rubrica “Reserva de incentivos fiscais” nas reservas de lucro, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

- Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferido são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações contábeis e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do imposto de renda e da contribuição social corrente. As bases utilizadas para o cálculo dos impostos diferidos são revisadas a cada exercício e ajustadas quando necessário.

q) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

r) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (“PPECLD”)

A PPECLD é reconhecida em valor considerado suficiente pela Administração para cobrir as perdas na realização de contas a receber de consumidores e de títulos a receber, cuja recuperação é considerada improvável.

Atualmente, o critério utilizado está de acordo com o estabelecido na Instrução Contábil 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, o qual é considerado suficiente pela Administração da Companhia para absorver eventuais perdas na realização dos créditos (Nota Explicativa nº 6).

s) Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos e financeiros fluirão para a entidade, e de que os custos associados, bem como o valor da receita operacional, possam ser mensurados de maneira confiável. A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é faturada. A receita não faturada, relativa ao ciclo de faturamento mensal, é apropriada considerando-se como base a carga real de energia disponibilizada no mês e o índice de perda anualizado. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real, a qual é reconhecida no mês subsequente, não tem sido relevante. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento. A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

t) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem, basicamente, as receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida. As despesas financeiras compreendem, basicamente, as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

u) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

v) Benefícios pós emprego

- Plano de contribuição definida

As obrigações por contribuições ao plano de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível (Nota Explicativa nº 33).

Resultados de 2021

w) Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)

Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos / encargos incorridos até a data do balanço.

x) Informações por segmento

Por possuir apenas um segmento, o de distribuição de energia elétrica, a Companhia não apresenta informações segmentadas em Nota Explicativa específica.

4. Eventos significativos no exercício

4.1 Pandemia covid-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (“OMS”) caracterizou a propagação da covid-19, como pandemia. As incertezas geradas pela disseminação da covid-19 com suas variantes impactaram a economia nos exercícios de 2020 e 2021, com maiores impactos no exercício de 2020. Ao longo do exercício de 2021 a Companhia permaneceu com as medidas de segurança adotadas desde o primeiro ano da pandemia com o objetivo principal de preservação à vida.

Não foram apurados pela Companhia, no exercício de 2021, impactos significativos em suas demonstrações financeiras decorrentes da pandemia.

4.2 Assuntos regulatórios

4.2.1 Revisão tarifária periódica de 2021

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.933, de 21 de setembro de 2021, a ANEEL homologou o índice final de revisão tarifária periódica da Companhia em 10,08%, o qual corresponde ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da Santa Maria.

O índice é composto por reajuste econômico de 0,44% e componente financeiro de 9,64%. As tarifas reajustadas estarão em vigor no período de 22 de setembro de 2021 a 21 de setembro de 2022.

4.2.2 Bandeiras tarifárias

A Resolução Normativa nº 547, de 16 de abril de 2013, revogada pela Resolução Normativa nº 1.000, de 07 de dezembro de 2021, criou o sistema de aplicação de Bandeiras Tarifárias, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, com a finalidade de repassar aos consumidores os custos adicionais, não previstos nas tarifas, de geração térmica, compra de energia no mercado de curto prazo, encargos de serviços do sistema e risco hidrológico. Os eventuais custos não cobertos pela receita são considerados no processo tarifário subsequente.

Atualmente, existem quatro faixas de bandeiras: (i) vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$ 94,92/MWh; (ii) vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$ 39,71/MWh; (iii) amarela, com acréscimo de R\$ 18,74/MWh; e (iv) verde, sem acréscimo.

Adicionalmente, no exercício de 2021, com o objetivo de custear os gastos excepcionais do acionamento de usinas térmicas e da importação de energia decorrentes do cenário de escassez hídrica, a Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética (“CREG”) determinou,

Resultados de 2021

através da Resolução nº 3, de 31 de agosto de 2021, a criação da bandeira tarifária Escassez Hídrica, no valor de R\$ 142,00/MWh. A cobrança é válida para todos os consumidores do Sistema Interligado Nacional (“SIN”) no período de setembro de 2021 a abril de 2022, com exceção dos beneficiários da tarifa social, que continuarão pagando a bandeira acionada mensalmente pela ANEEL, amarela ou vermelha patamar 1 e 2.

As bandeiras tarifárias aplicadas em 2021 e 2020 foram:

Bandeira	2021	2020
	Meses	Meses
Verde	Dezembro	Fevereiro a Novembro
Amarela	Janeiro a Abril e Novembro	Janeiro
Vermelha - patamar 1	Maio	-
Vermelha - patamar 2	Junho a Outubro	Dezembro
Escassez Hídrica	Setembro a Dezembro	-

Em 2021, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 26.742 (R\$ 3.205 em 2020) de bandeiras tarifárias, sendo que, deste montante, R\$ 1.965 (R\$ 769 em 2020) foi recebido através da Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias (“CCRBT”), criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela CCEE.

4.2.3 Nível contratual

De acordo com o Modelo Regulatório, as distribuidoras devem contratar antecipadamente 100% da energia elétrica necessária para fornecimento aos seus clientes por meio de leilões regulados pela ANEEL. Tais leilões, realizados com apoio da CCEE, ocorrem com antecedência de um a sete anos, em relação ao início do suprimento da energia contratada. A possibilidade de contratação com antecedência de até sete anos passou a existir após a publicação do Decreto nº 9.143, de 22 de agosto de 2017.

Conforme previsto na regulamentação do setor elétrico, em especial o Decreto nº 5.163/2004, se a energia contratada estiver dentro do limite de até 5% acima da necessidade total de energia da distribuidora, haverá repasse integral às tarifas do custo incorrido com a compra de energia excedente. Contudo, quando a distribuidora ultrapassar o referido limite e sendo este ocasionado de forma voluntária, fica exposta à variação entre o preço de compra e o de venda do montante excedente no mercado de curto prazo.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia fez uso dos mecanismos disponíveis para gerenciar o seu portfólio.

4.2.4 Normativos emitidos em 2021 que impactaram a Companhia

Durante o exercício de 2021, foram homologados os seguintes normativos que impactaram a Companhia:

a) Despachos ANEEL nº 181 e nº 939

O Despacho nº 181, de 27 de janeiro de 2021, definiu os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE devidos pela Companhia no âmbito da Conta Covid, visando a amortização

Resultados de 2021

da operação de crédito contratada pela CCEE nos termos da REN ANEEL nº 885/2020. O Despacho nº 939, de 05 de abril de 2021, revogou o Despacho nº 181/21 com a finalidade de homologar os prazos de recolhimento e os valores das quotas mensais da CDE Conta Covid. Os valores das quotas mensais devem ser recolhidos mensalmente à CCEE, diretamente na Conta Covid, a partir do processo tarifário ordinário de 2021, com pagamento até o dia 10 do mês subsequente.

b) Resoluções Normativas nº 928 e 936

A Resolução Normativa nº 928, de 26 de março de 2021, teve como objetivo estabelecer medidas para preservação da prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica em decorrência da Covid-19, tendo como principal medida a vedação da suspensão de fornecimento por inadimplemento de unidades consumidoras relativas aos serviços e atividades considerados essenciais, conforme Resolução Normativa nº 414/2010, onde existam pessoas usuárias de equipamentos de autonomia limitada, vitais à preservação da vida humana e dependentes de energia elétrica e das classes residenciais de baixa renda. Esta Resolução teve vigência da data de sua publicação até 30 de junho de 2021 e foi prorrogada por meio da REN ANEEL nº 936 que permaneceu vigente até 30 de setembro de 2021.

c) Despacho ANEEL nº 904

O Despacho nº 904, de 30 de março de 2021, determina o recolhimento à CDE dos valores referentes aos saldos não comprometidos com Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Eficiência Energética – EE, com recolhimento na data base de 31 de agosto de 2020 e seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 sob as obrigações devidas aos programas.

d) Resolução Normativa nº 1.000

A Resolução Normativa nº 1.000, de 07 de dezembro de 2021, estabelece as regras de prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica e substitui a REN nº 414 de 9 de setembro de 2010. Revoga ainda as Resoluções normativas nº 470, de 13 de dezembro de 2011; nº 901, de 8 de dezembro de 2020 e dá outras providências.

5. Caixa e equivalentes de caixa

Composição	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	1.313	2.697
Aplicações financeiras de curto prazo	38.499	42.817
Total	39.812	45.514

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2021 equivale a 99,28% do CDI (99,41% em 2020).

6. Consumidores

Classe de consumo	Valores correntes								Valores renegociados							
	Vincendos (i)		Vencidos					Vincendos		Vencidos			PPECLD (ii)	Total	2021	2020
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias	PPECLD (ii)	Bônus (iii)	Total	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias				
Residencial	7.837	5.065	66	60	399	(525)	(1.789)	11.113	93	241	37	114	(121)	364	11.477	11.964
Comercial, serviços e outros	4.771	1.858	169	70	501	(571)	(455)	6.343	16	48	3	59	(59)	67	6.410	5.580
Industrial	3.047	1.037	8	140	891	(891)	(68)	4.164	8	7	3	480	(459)	39	4.203	4.155
Rural	1.619	2.715	106	35	223	(223)	(2.785)	1.690	35	27	25	33	(24)	96	1.786	3.863
Poder Público	1.152	57	-	-	7	(7)	-	1.209	-	-	-	2	-	2	1.211	975
Iluminação Pública	1.158	29	-	-	-	-	-	1.187	-	-	-	-	-	-	1.187	901
Serviço Público	1.003	10	-	-	-	-	(25)	988	-	-	-	-	-	-	988	870
Subtotal	20.587	10.771	349	305	2.021	(2.217)	(5.122)	26.694	152	323	68	688	(663)	568	27.262	28.308
Fornecimento não faturado	9.552	-	-	-	-	-	-	9.552	-	-	-	-	-	-	9.552	9.277
Serviços cobráveis	172	-	-	-	-	(1)	-	171	-	-	-	-	-	-	171	100
Participação financeira	851	-	-	-	-	(41)	-	810	-	-	-	-	-	-	810	547
Total	31.162	10.771	349	305	2.021	(2.259)	(5.122)	37.227	152	323	68	688	(663)	568	37.795	38.232

- (i) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público, que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos;
- (ii) Os valores relativos à PPECLD foram constituídos em bases consideradas suficientes pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções emitidas pelo órgão regulador e nas práticas adotadas pela Companhia, resumidas a seguir:

- Clientes com débitos relevantes

Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, baseado na experiência real de perda de crédito dos últimos anos.

- Demais débitos

Em conformidade com a Instrução Contábil 6.3.3 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, que define como regra os seguintes prazos de provisionamento para créditos vencidos:

- Consumidores residenciais há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais há mais de 180 dias; e
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos e outros, há mais de 360 dias.

A movimentação da PPECLD dos valores correntes de fornecimento faturado está assim apresentada:

Movimentação	2021	2020
Saldos iniciais	(2.479)	(2.198)
Adições	(476)	(795)
Baixas	398	264
Reversões	340	250
Saldos finais	(2.217)	(2.479)

- (iii) Refere-se ao Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras do Sistema Interligado Nacional (“Programa”), instituído por meio da Resolução CREG nº 2, de 31 de agosto de 2021, com o propósito de incentivar os consumidores a reduzirem seu consumo de energia em meio a forte escassez hídrica vivenciada no ano de 2021. O Programa prevê a concessão de bônus em fatura, no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento), apurada de forma cumulativa nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2021, aplicável às unidades consumidoras do grupo B pertencentes às

Resultados de 2021

classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público. O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição. Os valores apurados serão creditados na fatura subsequente ao período de apuração do Programa, e ressarcidos à Companhia por meio do encargo destinado à cobertura dos Custos do Serviço do Sistema, conforme disposto no § 10 do art. 1º da Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004 (Nota Explicativa nº 10).

7. Tributos compensáveis

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		2021	2020	2021	2020
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	82	82	-	-
Programa de integração social - PIS	(b)	2.665	3.129	-	3.057
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(b)	11.975	14.499	-	13.850
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	(c)	596	489	1.009	767
Outros		12	32	-	-
Total		15.330	18.231	1.009	17.674

- (a) Refere-se ao saldo negativo de CSLL apurado no exercício 2016, pendente de restituição;
- (b) Refere-se ao direito de recuperar os valores recolhidos anteriormente com base na sentença que transitou em julgado com decisão favorável à Companhia em processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A movimentação dos valores ao longo do exercício de 2021 está demonstrada a seguir:

Movimentação	PIS	COFINS	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	6.186	28.349	34.535
Atualizações no período	102	464	566
Compensações no período	(3.623)	(16.838)	(20.461)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.665	11.975	14.640

- (c) Refere-se ao imposto creditado nos termos da Lei Complementar nº 87/1996, apropriado à razão de 1/48 avos por mês.

8. Almoxarifado operacional

O saldo de R\$ 1.492 (R\$ 1.401 em 2020) se refere às aquisições de materiais necessários à execução, conservação e manutenção do sistema de distribuição da Companhia, e está assim representado:

Composição	2021	2020
Almoxarifado de manutenção e operação	1.239	1.158
Adiantamentos a fornecedores	248	238
Outros	5	5
Total	1.492	1.401

9. Ativos financeiros setoriais, líquidos

Os ativos e passivos financeiros setoriais se referem aos valores originados da diferença temporal entre os custos homologados pela ANEEL e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos homologados são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos efetivamente incorridos. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros

Resultados de 2021

períodos tarifários ou extinção da concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

No balanço patrimonial os saldos desses ativos e passivos financeiros setoriais são compensados entre si e apresentados pelo valor líquido no ativo ou no passivo, conforme o caso. A movimentação dos saldos de ativos e passivos financeiros setoriais está demonstrada a seguir:

Movimentação	2021	2020
Saldos iniciais	14.450	7.490
Constituição	70.854	33.394
Bandeiras tarifárias	(26.742)	(3.205)
Amortização	(7.059)	(2.045)
Atualização	3.407	722
Recebimento Conta Covid	-	(21.906)
Saldos finais	54.910	14.450

A composição dos ativos e passivos financeiros setoriais no exercício é demonstrada como segue:

	Saldos em 31/12/2020	Receita operacional líquida			Resultado financeiro	Saldos em 31/12/2021	Valores em constituição	Valores em amortização	Valores em saldo a compensar (v)
		Constituição	Bandeiras Tarifárias (vii)	Amortização	Atualização				
Ativos financeiros setoriais									
Itens da Parcela A (i)	18.311	84.380	(26.742)	(12.204)	4.969	68.714	45.943	22.181	590
Aquisição de energia	14.142	59.204	(26.285)	(7.942)	3.411	42.530	29.000	13.204	326
Proinfa	40	782	-	(161)	58	719	308	400	11
Transporte rede básica	767	1.801	-	(642)	123	2.049	324	1.670	55
Transporte itaipu	127	588	-	(127)	44	632	400	223	9
ESS	2.127	20.089	(457)	(2.103)	1.152	20.808	15.340	5.298	170
CDE	1.108	1.916	-	(1.229)	181	1.976	571	1.386	19
Componentes financeiros	8.894	10.317	-	(8.059)	307	11.459	9.293	2.166	-
Neutralidade da Parcela A (ii)	3.133	4.350	-	(3.627)	252	4.108	2.543	1.565	-
Sobrecontratação de energia (iii)	3.114	5.967	-	(1.785)	55	7.351	6.750	601	-
Outros itens financeiros (vi)	2.647	-	-	(2.647)	-	-	-	-	-
Total dos ativos financeiros setoriais	27.205	94.697	(26.742)	(20.263)	5.276	80.173	55.236	24.347	590
Passivos financeiros setoriais									
Itens da Parcela A (i)	703	14.421	-	(3.289)	1.299	13.134	5.466	7.110	558
Aquisição de energia	450	11.023	-	(2.489)	939	9.923	4.197	5.414	312
Proinfa	21	7	-	(20)	1	9	-	1	8
Transporte rede básica	64	121	-	(63)	1	123	-	66	57
Transporte itaipu	2	253	-	(6)	32	281	256	17	8
ESS	141	323	-	(168)	69	365	-	214	151
CDE	25	2.694	-	(543)	257	2.433	1.013	1.398	22
Componentes financeiros	12.052	9.422	-	(9.915)	570	12.129	3.400	8.729	-
Neutralidade da Parcela A (ii)	3.998	6.750	-	(3.379)	408	7.777	1.586	6.191	-
Sobrecontratação de energia (iii)	2.951	1.199	-	(2.961)	46	1.235	247	988	-
Ultrapassagem de demanda (iv)	785	311	-	(389)	38	745	429	316	-
Excedente de reativos (iv)	1.835	1.162	-	(978)	61	2.080	1.138	942	-
Outros itens financeiros (vi)	2.483	-	-	(2.208)	17	292	-	292	-
Total dos passivos financeiros setoriais	12.755	23.843	-	(13.204)	1.869	25.263	8.866	15.839	558
Total dos ativos financeiros setoriais, líquidos	14.450	70.854	(26.742)	(7.059)	3.407	54.910	46.370	8.508	32

- (i) Itens da parcela A: a Portaria Interministerial dos Ministros de Minas e Energia (“MME”) e de Estado da Fazenda (“MF”) nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Essas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na variação taxa Selic.
- (ii) Neutralidade da Parcela A: refere-se às variações apuradas por meio da diferença entre os valores efetivamente faturados e os valores previstos no momento da constituição da tarifa nos reajustes e revisões tarifárias. Os valores considerados na neutralidade da Parcela A são atualizados monetariamente com base na variação da taxa Selic.

Resultados de 2021

- (iii) Sobrecontratação/exposição involuntária de energia: a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado a 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo.
- (iv) Devoluções tarifárias: referem-se às receitas auferidas com Ultrapassagem de Demanda (“UD”) e Excedente de Reativos (“ER”), disciplinadas pelo Submódulo 2.1A – Procedimentos Gerais, do PRORET, versão 2.0, aprovado por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 874, de 10 de março de 2020.
- (v) Saldo a compensar: conforme previsto no § 4º do artigo 3º da Portaria Interministerial MME/MF nº 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros Selic verificada.
- (vi) Outros itens financeiros: considera-se os demais itens financeiros de características não recorrentes e específicos das distribuidoras.
- (vii) Bandeiras tarifárias: refere-se ao montante reconhecido de bandeiras tarifárias conforme Resolução Normativa nº 1.000, de 07 de dezembro de 2021 (Nota Explicativa nº 4.2.2). O saldo dos ativos financeiros setoriais se encontra líquido dos efeitos das bandeiras tarifárias.

10. Reembolsos do fundo da CDE

Composição	Ref.	2021	2020
Subsídio Irrigante/Aquicultor	(a)	12.635	2.198
Subsídio Rural	(a)	2.788	600
Subsídio Carga Fonte Incentivada	(a)	2.129	1.910
Subsídio Residencial Baixa Renda	(a)	602	456
Subsídio Geração Fonte Incentivada	(a)	(28)	93
Subsídio Água, Esgoto e Saneamento	(a)	(50)	94
Bônus por redução de consumo	(b)	5.122	-
Total		23.198	5.351

- (a) Refere-se ao saldo líquido a receber e/ou devolver relativo à diferença entre o valor dos subsídios incidentes nas tarifas de energia elétrica e de uso dos sistemas elétricos de distribuição e o valor efetivamente recebido por meio de repasses do fundo da CDE. As diferenças reconhecidas são compensadas e/ou ajustadas no processo tarifário subsequente da Companhia. Esses subsídios foram retirados da estrutura tarifária a partir de 24 de janeiro de 2013, e, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438/2002, com redação dada Lei nº 13.360/2016, passaram a ser pagos pela Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, através da CCEE, gestora do fundo. Os valores a serem repassados à Companhia, no exercício de 2021, foram homologados pela ANEEL por meio das seguintes Resoluções:

Resolução homologatória	Competências	Valor mensal
ANEEL nº 2.766/20	Set/20 a Ago/21	3.208
ANEEL nº 2.933/21	Set/21 a Ago/22	5.635

- (b) Refere-se ao saldo pendente de ressarcimento relativo ao bônus concedido aos consumidores que atingiram a meta proposta pelo Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica criado pelo Governo Federal (Nota Explicativa nº 6).

11. Outros ativos circulantes e não circulantes

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		2021	2020	2021	2020
Crédito com empregados		155	97	-	-
Compartilhamento de infraestrutura	(a)	188	199	-	-
Arrecadação da CIP	(a)	91	45	-	-
Convênios de arrecadação	(a)	110	108	-	-
Depósitos para reinvestimento	(b)	-	-	787	472
Outros		147	38	-	-
Total		691	487	787	472

- (a) Refere-se à remuneração da Companhia (i) pelo compartilhamento de sua infraestrutura e (ii) pela prestação de serviços a terceiros de arrecadação de valores nas contas de energia elétrica para posterior repasse. As receitas são registradas pelo regime de competência em contrapartida à rubrica “Receita operacional líquida”, no resultado do exercício, e revertidas para a modicidade tarifária nos processos de revisão ou reajustes tarifários como redutoras da Parcela B.
- (b) Refere-se ao incentivo fiscal que beneficia a Companhia que possui empreendimentos em operação na área de atuação da Sudene, com o reinvestimento de 30% do IRPJ devido, calculado com base no lucro da exploração, em projetos de modernização ou complementação de equipamentos. Os depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ (Redução por Reinvestimento) são realizados no Banco do Nordeste do Brasil S/A, acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de recursos próprios (contrapartida), no mesmo prazo fixado para o pagamento do imposto que originou a opção pelo incentivo. A atualização monetária dos valores depositados é reconhecida em contrapartida à rubrica “Outros passivos não circulantes” (Nota Explicativa nº 22), e somente é revertida para o resultado do exercício quando da liberação dos recursos, que é condicionada à aprovação, pela Sudene, dos projetos encaminhados pela Companhia.

12. Ativo imobilizado

12.1 Composição e movimentação do imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas em 31/12/2021	Amortização Acumulada em 31/12/2021	Obrigações Especiais Líquidas em 31/12/2021
Distribuição	428.655	-	(20.246)	16.288	104.007	24.370	553.074	(3.958)	(300.813)	252.261	195.806	134.759	(58.441)	76.318
Terenos	953	-	-	-	194	-	1.147	-	-	1.147	953	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benefeitorias	5.413	-	-	-	1.502	1.975	8.890	-	(5.328)	3.562	2.699	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	417.202	-	(19.612)	15.393	101.427	22.395	536.805	(4.219)	(291.480)	245.325	190.517	134.759	(58.441)	76.318
Veículos	5.087	-	(634)	895	884	-	6.232	261	(4.005)	2.227	1.637	-	-	-
Administração	11.815	-	(4.749)	188	1.039	-	8.293	(4.561)	(5.925)	2.368	2.337	-	-	-
Terenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benefeitorias	121	-	-	-	7	-	128	-	(115)	13	-	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	5.661	-	(2.773)	113	406	-	3.407	(2.660)	(2.763)	644	610	-	-	-
Veículos	1.992	-	-	-	353	-	2.345	-	(1.782)	563	690	-	-	-
Móveis e Utensílios	4.041	-	(1.976)	75	273	-	2.413	(1.901)	(1.265)	1.148	1.037	-	-	-
Subtotal	440.470	-	(24.995)	16.476	105.046	24.370	561.367	(8.519)	(306.738)	254.629	198.143	134.759	(58.441)	76.318
Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Outros	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020	Obrigações Especiais Brutas em 31/12/2021	Amortização Acumulada em 31/12/2021	Obrigações Especiais Líquidas em 31/12/2021
Distribuição	10.332	20.968	-	(16.288)	-	-	15.012	4.680	-	15.012	10.332	2.447	-	2.447
Máquinas e Equipamentos	4.495	17.015	-	(15.393)	-	-	6.117	1.622	-	6.117	4.495	2.447	-	2.447
Outros	5.837	3.953	-	(895)	-	-	8.895	3.058	-	8.895	5.837	-	-	-
Administração	1	456	-	(188)	-	-	269	268	-	269	1	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	1	370	-	(113)	-	-	258	257	-	258	1	-	-	-
Outros	-	86	-	(75)	-	-	11	11	-	11	-	-	-	-
Subtotal	10.333	21.424	-	(16.476)	-	-	15.281	4.948	-	15.281	10.333	2.447	-	2.447
Total do Ativo Imobilizado	450.803	21.424	(24.995)	-	105.046	24.370	576.648	(3.571)	(306.738)	269.910	208.476	137.206	(58.441)	78.765

12.2 Composição da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição

Distribuição - Máquinas e Equipamentos - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliações	Outros	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)
AIS Bruto	417.202	-	(19.612)	15.393	101.427	22.395	536.805	(4.219)
Transformação de Distribuição	93.397	-	(2.352)	3.619	30.266	-	124.930	1.267
Medidor	26.865	-	(5.422)	2.334	7.037	-	30.814	(3.088)
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Redes Média Tensão (< 2,3 kV a 44 kV)	201.176	-	(11.101)	6.489	45.118	22.395	264.077	(4.612)
Redes Alta Tensão (69 kV)	14.096	-	-	-	3.273	-	17.369	-
Redes Alta Tensão (88 kV a 138 kV)	11.166	-	-	-	1.949	-	13.115	-
Redes Alta Tensão (>= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	2.689	-	(5)	245	172	-	3.101	240
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	29.103	-	(53)	31	6.923	-	36.004	(22)
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	33.742	-	(44)	2.516	2.642	-	38.856	2.472
Subestações Alta Tensão (primário >= 230 kV)	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais Máquinas e Equipamentos	4.968	-	(635)	159	4.047	-	8.539	(476)
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(106.717)	-	-	(3.022)	(25.020)	-	(134.759)	(3.022)
Participação da União, Estados e Municípios	(40.729)	-	-	(279)	(9.540)	-	(50.548)	(279)
Participação Financeira do Consumidor	(61.475)	-	-	(2.743)	(14.428)	-	(78.646)	(2.743)
Ultrapassagem de Demanda	(1.428)	-	-	-	-	-	(1.428)	-
Excedente de Reativos	(2.935)	-	-	-	-	-	(2.935)	-
Outros	(150)	-	-	-	(1.052)	-	(1.202)	-
Obrigações Especiais do AIC Bruto	(787)	(4.682)	-	3.022	-	-	(2.447)	(1.660)
Participação da União, Estados e Municípios	(36)	(726)	-	279	-	-	(483)	(447)
Participação Financeira do Consumidor	(198)	(3.658)	-	2.743	-	-	(1.113)	(915)
Valores Pendentes de Recebimento	(553)	(298)	-	-	-	-	(851)	(298)

12.3 Adições e baixas ao ativo imobilizado em serviço

As dez principais adições, pelo critério de valor, ao imobilizado em serviço foram:

Descrição do bem	Quantidade	Unidade de Medida	em R\$ mil
1 Transformador Força 3F 145/25kV 40MVA	1	Un	2.376
2 Transformador Trifásico 7,5MVA	1	Un	244
3 Sistema de Medição de Fronteira	1	Un	207
4 Veículo Pick-UP Hilux Chassi Diesel 4x4	1	Un	194
5 Veículo Pick-UP Hilux Chassi Diesel 4x4	1	Un	194
6 Veículo Pick-UP Hilux Chassi Diesel 4x4	1	Un	186
7 Camioneta S10 4x4 Cabine Simples Chassis	1	Un	163
8 Regulador Tensão Monof 25kV 300A 432kVA	3	Un	153
9 Camioneta S10 4x4 Cabine Simples Chassis	1	Un	145
10 Regulador Tensão Monof 15kV 328A 250kVA	3	Un	127

As dez principais baixas, pelo critério de valor, ao imobilizado em serviço foram:

Descrição do bem	Quantidade	Unidade de Medida	em R\$ mil
1 Fio Cobre Isolado 10,0mm	15.000	MT	155
2 Medidor kWh 2E 3F 120 V 15/120A	374	Un	128
3 Regulador Tensão Monof 25kV 300A 432kVA	2	Un	103
4 Fio Cobre Isolado 6,0mm	60.000	MT	101
5 Cabo Alumínio CAA No 4/0 AWG	13.002	KG	99
6 Veículo Pick-UP Hilux Chassi Diesel 4x4	1	Un	87
7 Software	1	Un	85
8 Repetidora tipo VHF	1	Un	84
9 Medidor Elet. Bifásico MT	400	Un	83
10 Regulador Tensão Monof 15kV 219A 167kVA	3	Un	76

Resultados de 2021

12.4 Taxas de depreciação

As taxas anuais médias de depreciação do ativo imobilizado são as seguintes:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2021			2020
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	3,87%	553.074	(300.813)	252.261	195.806
Custo Histórico		267.106	(113.539)	153.567	149.020
Reavaliação		285.968	(187.274)	98.694	46.786
Administração	10,29%	8.293	(5.925)	2.368	2.337
Custo Histórico		5.614	(3.618)	1.996	2.245
Reavaliação		2.679	(2.307)	372	92
		561.367	(306.738)	254.629	198.143
Em Curso					
Distribuição		15.012	-	15.012	10.332
Administração		269	-	269	1
		15.281	-	15.281	10.333
		576.648	(306.738)	269.910	208.476

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL n° 674, de 11 de agosto de 2015, estão demonstradas a seguir:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	
Banco de capacitores	6,67%
Chave de distribuição - seccionadora tensão igual ou superior a 69 kV	3,33%
Chave de distribuição - seccionadora tensão inferior a 69 kV	6,67%
Condutor - classe de tensão igual ou superior a 69 kV	2,70%
Condutor - classe de tensão inferior a 69 kV	3,57%
Estrutura do sistema - Poste	3,57%
Estrutura do sistema - Torre	2,70%
Regulador de tensão - igual ou superior a 69 kV	3,45%
Regulador de tensão - inferior a 69 kV	4,35%
Transformador de distribuição - Aéreo	4,00%
Transformador de força	2,86%
Transformador de medida - corrente igual ou superior a 69 kV	3,33%
Transformador de medida - corrente inferior a 69 kV	4,35%
Administração central	
Edificações	3,33%
Veículos	14,29%
Equipamentos gerais	6,25%
Móveis e utensílios	6,25%

Resultados de 2021

13. Ativo intangível

A composição e movimentação do intangível são apresentadas como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Distribuição	593	-	(12)	-	121	702	(12)	-	702	584
Servidões	593	-	(12)	-	121	702	(12)	-	702	584
Administração	3.803	-	(718)	314	612	4.011	(404)	(3.668)	343	108
Softwares	3.795	-	(710)	314	612	4.011	(396)	(3.668)	343	108
Outros	8	-	(8)	-	-	-	(8)	-	-	-
Subtotal	4.396	-	(730)	314	733	4.713	(416)	(3.668)	1.045	692

Ativo Intangível em Curso	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Distribuição	-	6	-	-	-	6	6	-	6	-
Servidões	-	6	-	-	-	6	6	-	6	-
Administração	16	308	-	(314)	-	10	(6)	-	10	16
Softwares	16	308	-	(314)	-	10	(6)	-	10	16
Subtotal	16	314	-	(314)	-	16	-	-	16	16
Total do Ativo Intangível	4.412	314	(730)	-	733	4.729	(416)	(3.668)	1.061	708

As taxas anuais médias de amortização do ativo intangível são as seguintes:

Ativo Intangível - R\$ Mil	Taxas anuais médias de amortização (%)	2021			2020
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição	0,00%	702	-	702	584
Custo Histórico		345	-	345	344
Reavaliação		357	-	357	240
Administração	16,97%	4.011	(3.668)	343	108
Custo Histórico		2.170	(1.834)	336	108
Reavaliação		1.841	(1.834)	7	-
		4.713	(3.668)	1.045	692
Em Curso					
Distribuição		6	-	6	
Administração		10	-	10	16
		4.729	(3.668)	1.061	708

14. Fornecedores

Composição	2021	2020
Suprimento de energia elétrica	19.087	13.965
Encargos de uso da Rede Básica	4.835	4.071
Materiais e serviços	790	631
Total	24.712	18.667

Resultados de 2021

15. Concessionárias e permissionárias

O saldo de R\$ 9.361 (R\$ 9.332 em 2020) se refere aos resultados provenientes da comercialização de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo (“MCP”), no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, deduzidos das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2021. As transações ocorridas na CCEE são liquidadas após 45 dias do mês de competência.

16. Empréstimos e financiamentos

16.1 Composição

Operação	2021	2020
Moeda nacional	12.200	3.447
Moeda estrangeira	15.376	-
Total	27.576	3.447
Circulante	26.568	1.397
Não circulante	1.008	2.050

16.2 Principais condições contratuais

Operação	Vencimento	Características da operação		Custo da dívida		Circulante	Não circulante	Total
		Periodicidade de amortização	Garantias reais	Indexador	Taxa de juros a.a.			
Moeda nacional						11.192	1.008	12.200
Eletrobrás - LPT - ECFS 296/2010	30/07/2022	Mensal	Recebíveis	RGR	5,00%	60	-	60
Banco do Brasil S/A - 40/00805-3	15/11/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	194	-	194
Banco do Brasil S/A - 40/00855-X	15/12/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	13	-	13
Banco do Brasil S/A - 40/00857-6	15/12/2022	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	2,50%	24	-	24
Banco do Brasil S/A - 40/00873-8	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré-fixado	2,50%	70	6	76
Banco do Brasil S/A - 40/00877-0	15/01/2023	Mensal	Bens	Pré-fixado	2,50%	6	-	6
Banco do Brasil S/A - 40/00979-3	12/11/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	15	14	29
Banco do Brasil S/A - 40/00980-7	15/10/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	191	159	350
Banco do Brasil S/A - 40/00991-2	15/09/2023	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	3,50%	37	28	65
Banco do Brasil S/A - 40/01099-6	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	28	42	70
Banco do Brasil S/A - 40/01100-3	15/06/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	10	15	25
Banco do Brasil S/A - 40/01107-0	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	26	41	67
Banco do Brasil S/A - 40/01108-9	15/07/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	19	31	50
Banco do Brasil S/A - 40/01162-3	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	29	56	85
Banco do Brasil S/A - 40/01163-1	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	17	32	49
Banco do Brasil S/A - 40/01164-X	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	4	8	12
Banco do Brasil S/A - 40/01165-8	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	6	11	17
Banco do Brasil S/A - 40/01168-2	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	23	44	67
Banco do Brasil S/A - 40/01169-0	15/11/2024	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	266	510	776
Banco do Brasil S/A - 40/01196-8	15/01/2025	Mensal	Aval/Fiança	Pré-fixado	6,00%	5	11	16
Santander - CCB 1040587	28/09/2022	Anual	Aval/Fiança	CDI	2,40%	10.149	-	10.149
Moeda Estrangeira						15.376	-	15.376
Itaú Unibanco S/A - AGE1215752 (a)	29/09/2022	Anual	Cessão fiduciária	Pré-fixado	1,40%	15.376	-	15.376
Total						26.568	1.008	27.576

- (a) O contrato em moeda estrangeira possui instrumento financeiro derivativo de proteção cambial (*swap*), cedido fiduciariamente para garantia da operação (Nota Explicativa nº 31e).

Resultados de 2021

16.3 Mutações dos empréstimos e financiamentos

Movimentação	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2020	12.690	3.447	16.137
Encargos	476	-	476
Amortizações (principal e encargos)	(13.166)	-	(13.166)
Transferências	1.397	(1.397)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.397	2.050	3.447
Ingressos	24.900	-	24.900
Encargos	755	-	755
Amortizações (principal e encargos)	(1.526)	-	(1.526)
Transferências	1.042	(1.042)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	26.568	1.008	27.576

16.4 Vencimentos das parcelas do não circulante

Composição	2023	2024	2025	Total
Parcelas do não circulante	640	367	1	1.008

17. Obrigações sociais e trabalhistas

Composição	Circulante	
	2021	2020
Salários a pagar	699	672
Previdência privada	159	146
Provisão para férias	2.627	2.728
Tributos retidos na fonte	344	318
Consignações em favor de terceiros	72	71
Participações estatutárias	4.807	4.215
Total	8.708	8.150

18. Tributos

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		2021	2020	2021	2020
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	(a)	275	309	13.781	3.924
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	181	232	4.961	1.412
Programa de integração social - PIS		85	317	-	-
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS		417	1.469	-	-
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS		8.071	6.957	-	-
Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN		19	19	-	-
Instituto nacional de seguridade social - INSS		549	500	-	-
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS		195	179	-	-
Impostos e contribuições retidos na fonte		932	251	-	-
Programa especial de regularização tributária – PERT	(b)	859	832	5.935	6.578
Total		11.583	11.065	24.677	11.914

(a) O saldo não circulante de IRPJ e CSLL é referente aos impostos diferidos apurados sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória, prevista na Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010 (Nota Explicativa nº 18.1).

Resultados de 2021

- (b) O saldo circulante e não circulante se refere ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, convertida na Lei nº 13.496/2017, e regulamentado pela Instrução Normativa RFB nº 1.711/2017. Foram incluídos no programa os débitos oriundos da reapuração dos impostos federais decorrente da mudança de critério para a tributação dos ativos e passivos financeiros setoriais, bem como os débitos relativos aos encargos sobre as participações estatutárias. A consolidação da dívida ocorreu no mês de agosto de 2018 para os débitos previdenciários e dezembro de 2018 para os demais débitos (tributos federais). Os créditos decorrentes da reapuração desses tributos foram utilizados na consolidação para o abatimento do saldo total da dívida. As parcelas remanescentes são atualizadas mensalmente pela taxa Selic.

18.1 Impostos diferidos

As diferenças temporárias são apresentadas como segue:

Passivo	2021	2020
Diferenças temporárias		
Imposto de renda	13.781	3.924
Contribuição social	4.961	1.412
Total líquido - passivo não circulante	18.742	5.336

A base de cálculo dos tributos diferidos é composta como segue:

Passivo	2021		2020	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Reserva de reavaliação regulatória	55.124	18.742	15.693	5.336
Total	55.124	18.742	15.693	5.336

18.2 Despesa de imposto de renda e contribuição social

Composição - Legislação societária	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2021	2020	2021	2020
Demonstração do cálculo dos tributos:				
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	40.526	29.358	40.526	29.358
Juros sobre o capital próprio	(7.525)	(7.129)	(7.525)	(7.129)
Base de cálculo do IRPJ e CSLL	33.001	22.229	33.001	22.229
Alíquota do IRPJ e CSLL	15%	15%	9%	9%
IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	4.950	3.334	2.970	2.001
Base de cálculo do adicional do IRPJ	32.761	21.989		
Alíquota do adicional do IRPJ	10%	10%		
Adicional do IRPJ à alíquota da legislação	3.276	2.199		
Alíquota do IRPJ e adicional do IRPJ e CSLL	25%	25%	9%	9%

Resultados de 2021

Composição - Legislação societária	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2021	2020	2021	2020
Total do IRPJ e CSLL às alíquotas da legislação	8.226	5.533	2.970	2.001
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do exercício:				
(+) Adições				
Doações e contribuições	35	50	13	18
Multas indedutíveis	71	51	-	-
Provisões	282	94	101	34
Outras adições	152	80	55	29
	540	275	169	81
(-) Exclusões				
Incentivo fiscal SUDENE	(3.145)	(2.177)	-	-
Incentivo fiscal PAT	(23)	(22)	-	-
Doações dedutíveis	-	(10)	-	-
Outras exclusões	(99)	(67)	(168)	(123)
	(3.267)	(2.276)	(168)	(123)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício - Legislação societária	5.499	3.532	2.971	1.959
Efeito dos tributos diferidos sobre as diferenças de práticas contábeis societárias e regulatórias	(2.352)	(759)	(846)	(274)
IRPJ e CSLL no resultado do exercício - Legislação regulatória	3.147	2.773	2.125	1.685

19. Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio

Com base no resultado do exercício (legislação societária) e no Estatuto Social da Companhia, a Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

Composição	2021	2020
Lucro líquido do exercício	29.019	21.112
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(3.145)	(2.177)
Constituição de reserva de lucros a realizar	(1.315)	(164)
Constituição de reserva legal	(1.228)	(938)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	(7.525)	(7.129)
Base de cálculo dos dividendos	15.806	10.704
Ações ordinárias (25% sobre a base de cálculo dos dividendos)	3.952	2.676
Ações preferenciais (8% sobre o valor nominal)	3.490	3.223
Total dos dividendos propostos	7.442	5.899
Reversão dos juros sobre o capital próprio	7.525	7.129
Total dos dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	14.967	13.028

Resultados de 2021

Os dividendos deverão ser pagos no prazo de 60 (sessenta) dias contados da deliberação da Assembleia Geral, que poderá, diante de excepcionalidades, casos fortuitos, força maior e outros eventos imprevisíveis plenamente justificados, ultrapassar o referido período. O valor por ação dos dividendos propostos e juros sobre o capital próprio é demonstrado a seguir:

Provento	Valor proposto	R\$ / Ação	
		ON	PN
2021			
Dividendos propostos	7.442	1,16	2,02
Juros sobre o capital próprio	7.525	1,46	1,46
2020			
Dividendos propostos	5.899	0,81	1,93
Juros sobre o capital próprio	7.129	1,43	1,43

A movimentação e respectivos saldos correspondentes aos dividendos declarados e juros sobre o capital próprio no exercício de 2021 é apresentada a seguir:

Movimentação	Dividendos propostos	JCP	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	5.900	6.059	11.959
(+) Crédito de JCP	-	7.525	19.484
(-) IR Fonte s/ crédito de JCP (15%)	-	(1.129)	18.355
(-) Pagamento de JCP	-	(6.059)	12.296
(+) Crédito de dividendos complementares	3.702	-	15.998
(-) Pagamento de dividendos	(9.602)	-	6.396
(+) Crédito de dividendos propostos	7.442	-	13.838
Saldos em 31 de dezembro de 2021	7.442	6.396	13.838

20. Encargos setoriais

Composição	Ref.	2021	2020
Pesquisa & Desenvolvimento - P&D	(a)	1.300	1.608
Programa de Eficiência Energética – PEE	(a)	3.314	2.542
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(b)	826	-
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica – TFSEE	(c)	31	29
Outros – CCRBT	(d)	9.339	2.299
Total		14.810	6.478

- (a) As distribuidoras de energia elétrica devem destinar 1% da receita operacional líquida em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar o investimento no programa, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados. O montante de 1% sobre a receita da Companhia é destinado aos Programas de Eficiência Energética (“PEE”), Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”), Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (“FNDCT”) e ao Ministério de Minas e Energia (“MME”). A partir de 03 de maio de 2016, por meio da Lei nº 13.280, foi definido que 80% do percentual destinado ao PEE será aplicado pelas próprias concessionárias conforme regulamentos estabelecidos pela ANEEL, e os demais 20% serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (“PROCEL”). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848, 11.465 e 13.280,

Resultados de 2021

de 15 de março de 2004, 28 de março de 2007 e 3 de maio de 2016, respectivamente. Mensalmente, os saldos são atualizados com base na taxa Selic (P&D e PEE) e pelo IGP-M (PROCEL), a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização. Os gastos realizados com PEE e P&D são registrados na rubrica de serviços em curso até a conclusão dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa, enquanto a realização das obrigações por aquisição de ativo intangível, tem como contrapartida Obrigações Especiais. Adicionalmente, por meio da MP 998/2020, convertida na Lei nº 14.120/2021, foi inserido o art. 5º-B na Lei nº 9.991/2000, estabelecendo que os recursos financeiros de P&D e PEE, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados, deverão ser destinados à Conta de Desenvolvimento Energético – CDE em favor da modicidade tarifária entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025, observado o limite mínimo de 70% do valor total disponível, conforme regulamentação da ANEEL.

- (b) A Conta de Desenvolvimento Energético - CDE é um fundo setorial, gerido pela CCEE, que tem como objetivo custear diversas políticas públicas do setor elétrico brasileiro. O saldo em 31 de dezembro de 2021 é composto (i) pela quota mensal da CDE Conta Covid (R\$ 719), definida pelo Despacho ANEEL nº 939, de 05 de abril de 2021, cujos valores recolhidos visam a amortização da operação de crédito contratada pela CCEE com o objetivo de minimizar os impactos tarifários aos consumidores de energia elétrica e proporcionar liquidez às distribuidoras, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, tendo sido iniciado o recolhimento do encargo mensal após o processo tarifário ordinário de 2021, com pagamento até o décimo dia do mês subsequente, e (ii) pelas quotas mensais apuradas a partir dos recursos financeiros de P&D e PEE (R\$ 107), não comprometidos com projetos contratados ou iniciados, conforme Lei nº 14.120/2021, sendo realizada a liquidação dos valores destinados à CDE até o dia 10 do segundo mês subsequente ao mês da apuração (Nota Explicativa nº 20a).
- (c) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE foi criada pela Lei nº 9.427/1996, alterada pela Lei nº 12.783/2013, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410/1997, com o objetivo de custear o funcionamento da ANEEL no exercício das suas atividades de fiscalização e regulação econômica. Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.
- (d) Valor estimado de repasse referente aos recursos provenientes da aplicação das bandeiras tarifárias, que poderão ser utilizados para (i) abatimento dos valores constituídos a título de CVA, ou (ii) revertidos à Conta Centralizadora de Recursos de Bandeiras Tarifárias, a depender da apuração do resultado mensal da Companhia entre os custos de liquidação junto à CCEE e o faturamento de bandeiras, e conforme Despachos da ANEEL (Nota Explicativa nº 4.2.2).

21. Consumidores

Refere-se à obrigação de repassar aos consumidores os valores recolhidos anteriormente com base na sentença que transitou em julgado com decisão favorável em processo judicial de exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A movimentação dos valores ao longo do exercício de 2021 está demonstrada a seguir:

Movimentação	Ref.	2021	2020
Saldos iniciais		39.691	48.869
Valores disponibilizados no período	(a)	(18.841)	(11.239)
Valores não realizados no período	(b)	2.949	2.052
Despesas processuais / Honorários advocatícios	(c)	(1.418)	(847)
Atualizações no período	(d)	565	856
Saldos finais		22.946	39.691
Circulante		15.937	16.312
Não circulante		7.009	23.379

- (a) Representa o valor total líquido disponibilizado aos consumidores no período.

Resultados de 2021

- (b) O montante de R\$ 2.949 (R\$ 2.052 em 2020) representa a parcela do valor total líquido disponibilizado aos consumidores não realizada no período. Do montante não realizado, R\$ 721 (R\$ 998 em 2020) corresponde aos créditos lançados em contas de energia elétrica vencidas ou a vencer, e R\$ 2.228 (R\$ 1.054 em 2020) se refere aos créditos disponibilizados a clientes atualmente inativos ou inadimplentes com a Companhia.
- (c) Refere-se ao reembolso das despesas processuais e honorários advocatícios com consultores jurídicos, à razão de 7% sobre os valores recuperados. Os honorários são pagos mensalmente, à medida em que os créditos são compensados junto à Receita Federal do Brasil.
- (d) Refere-se à atualização monetária dos valores a repassar no período, calculada mensalmente com base na taxa Selic.

22. Outros passivos circulantes e não circulantes

Composição	Ref.	Circulante		Não circulante	
		2021	2020	2021	2020
Valores a repassar	(a)	1.574	1.415	-	-
Prêmios de seguros		172	97	-	-
Receitas financeiras sobre depósitos para reinvestimento	(b)	-	-	57	30
Outros passivos		273	273	180	217
Total		2.019	1.785	237	247

- (a) Refere-se aos valores a repassar a terceiros decorrentes dos serviços prestados pela Companhia de arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública - CIP e de outros valores.
- (b) O saldo não circulante se refere à atualização monetária dos depósitos bancários para reinvestimento do IRPJ realizados junto ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (Nota Explicativa nº 11b).

23. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Essas obrigações representam os valores da União, Estado, Municípios e consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. As obrigações especiais, em 31 de dezembro de 2021, são assim apresentadas:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Depreciação Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
Em serviço	3,80%	57.240	77.519	134.759
Participação da União, Estados e Municípios		15.713	34.835	50.548
Participação Financeira do Consumidor		37.164	41.482	78.646
Ultrapassagem de demanda		1.428	-	1.428
Excedente de reativos		2.935	-	2.935
Outros		-	1.202	1.202
(-) Amortização Acumulada - AIS		(25.227)	(33.214)	(58.441)
Participação da União, Estados e Municípios		(7.182)	(14.018)	(21.200)
Participação Financeira do Consumidor		(17.089)	(18.954)	(36.043)
Ultrapassagem de demanda		(313)	-	(313)
Excedente de reativos		(643)	-	(643)
Outros		-	(242)	(242)
Em curso		2.447	-	2.447
Participação Financeira do Consumidor		2.447	-	2.447
Total		34.460	44.305	78.765

Resultados de 2021

A movimentação das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica ocorrida no exercício é apresentada a seguir:

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reavaliação	Valor Bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acumulada	Valor Líquido em 31/12/2021	Valor Líquido em 31/12/2020
Em serviço	106.717	-	-	3.022	25.020	134.759	3.022	(58.441)	76.318	62.506
Participação da União, Estados e Municípios	40.729	-	-	279	9.540	50.548	279	(21.200)	29.348	24.761
Participação Financeira do Consumidor	61.475	-	-	2.743	14.428	78.646	2.743	(36.043)	42.603	34.050
Ultrapassagem de demanda	1.428	-	-	-	-	1.428	-	(313)	1.115	1.169
Excedente de reativos	2.935	-	-	-	-	2.935	-	(643)	2.292	2.404
Outros	150	-	-	-	1.052	1.202	-	(242)	960	122
(-) Amortização Acumulada - AIS	(44.211)	(4.790)	-	-	(9.440)	(58.441)	(4.790)	-	-	-
Participação da União, Estados e Municípios	(15.968)	(1.818)	-	-	(3.414)	(21.200)	(1.818)	-	-	-
Participação Financeira do Consumidor	(27.425)	(2.772)	-	-	(5.846)	(36.043)	(2.772)	-	-	-
Ultrapassagem de demanda	(259)	(54)	-	-	-	(313)	(54)	-	-	-
Excedente de reativos	(531)	(112)	-	-	-	(643)	(112)	-	-	-
Outros	(28)	(34)	-	-	(180)	(242)	(34)	-	-	-
Em curso	787	4.682	-	(3.022)	-	2.447	1.660	-	2.447	787
Participação da União, Estados e Municípios	36	726	-	(279)	-	483	447	-	483	36
Participação Financeira do Consumidor	198	3.658	-	(2.743)	-	1.113	915	-	1.113	198
Valores Pendentes de Recebimento	553	298	-	-	-	851	298	-	851	553
Total	63.293	(108)	-	-	15.580	78.765	(108)	(58.441)	78.765	63.293

24. Patrimônio líquido

24.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia era de R\$ 130.000 (R\$ 120.000 em 2020), composto por 5.146.995 ações, sem valor nominal, sendo 3.419.359 ações ordinárias (66,43%) e 1.727.636 ações preferenciais (33,57%), assim representadas:

Espécie / Classe	2021		2020	
	Quantidade	R\$ mil	Quantidade	R\$ mil
Ordinárias	3.419.359	86.364	3.296.207	79.721
Preferenciais	1.727.636	43.636	1.665.413	40.279
Total	5.146.995	130.000	4.961.620	120.000
Valor patrimonial por ação (R\$)		40,00		33,16

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas conferem a seus titulares os seguintes direitos: (i) dividendo mínimo de 8% (oito por cento) sobre o valor nominal e nunca inferior ao que for distribuído às ações ordinárias; (ii) prioridade no reembolso do capital, no caso de liquidação da sociedade; e (iii) comparecimento às Assembleias Gerais e participação nas discussões.

24.2 Reservas de lucro

As reservas de lucro da Companhia possuem a seguinte composição:

Resultados de 2021

Reservas de lucro	Ref.	2021	2020
Reserva legal	(a)	7.199	5.971
Reserva de incentivos fiscais	(b)	3.447	2.356
Reserva de retenção de lucros	(c)	28.852	25.888
Total		39.498	34.215

- (a) Reserva legal: constituída com 5% do lucro líquido do exercício, deduzido das reservas de incentivo fiscal e lucros a realizar constituídas no período. A reserva legal está limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu o valor de R\$ 1.228 (R\$ 938 em 2020).
- (b) Reserva de incentivos fiscais: corresponde ao direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativos aos municípios das regiões norte e noroeste do Estado do Espírito Santo, integrantes da área de atuação da SUDENE. Inclui, ainda, o incentivo fiscal de redução de 30% do imposto de renda devido para reinvestimento, calculado sobre o lucro da exploração. O saldo desta reserva somente poderá ser utilizado para aumento de capital social ou para absorção de eventuais prejuízos. No exercício de 2021, R\$ 2.054 do saldo constituído foram destinados a aumento de capital (R\$ 4.459 em 2020). Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia constituiu o valor de R\$ 3.145 (R\$ 2.177 em 2020).
- (c) Reserva de retenção de lucros: constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias. Em 2021, do lucro líquido do exercício, R\$ 3.471 foram destinados para a reserva de retenção de lucros (R\$ 2.963 em 2020).

24.3 Outros resultados abrangentes

Refere-se à reserva de reavaliação regulatória compulsória prevista na Resolução Normativa ANEEL nº 396/2010, cujos saldos estão assim representados:

Movimentação	2021	2020
Saldo inicial	10.357	12.469
Reavaliação de elementos do ativo no período (a)	47.254	-
Efeito dos tributos diferidos sobre a reavaliação do ativo no período (a)	(16.066)	-
Realização da reserva no período	(7.822)	(3.198)
Efeito dos tributos diferidos sobre a realização da reserva no período	2.659	1.086
Saldo final	36.382	10.357

- (a) Refere-se aos valores reconhecidos pela Companhia, com base no laudo de avaliação referente ao 5º Ciclo de Revisão Tarifária, no ano de 2021.

25. Receita operacional líquida

Receita operacional	Número de consumidores		MWh		R\$ mil	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Fornecimento de energia elétrica						
Fornecimento faturado						
Residencial	73.214	71.828	148.235	148.020	73.977	53.687
Industrial	1.599	1.429	40.952	40.519	21.215	15.560
Comercial, serviços e outros	9.707	9.385	81.181	78.015	41.498	29.363
Rural	33.208	32.611	195.119	160.008	51.405	29.823
Poder público	984	999	14.067	12.706	6.592	4.365
Iluminação pública	45	24	18.710	18.586	6.403	4.046
Serviço público	181	177	12.912	12.676	6.588	4.695
Consumo próprio	31	30	644	630	-	-
Total do fornecimento faturado	118.969	116.483	511.820	471.160	207.678	141.539
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	627	411
Total do fornecimento de energia elétrica	118.969	116.483	511.820	471.160	208.305	141.950
Disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD						
TUSD faturada - Consumidores cativos						
Residencial	-	-	-	-	60.612	54.715
Industrial	-	-	-	-	14.156	12.984
Comercial, serviços e outros	-	-	-	-	33.160	28.405
Rural	-	-	-	-	45.591	33.032
Poder público	-	-	-	-	5.675	4.711
Iluminação pública	-	-	-	-	4.480	3.993
Serviço público	-	-	-	-	4.453	3.928
TUSD faturada - Consumidores livres	41	38	77.614	62.921	18.218	13.424
TUSD faturada - Agentes de geração	3	3	-	-	110	102
Total da TUSD faturada	44	41	77.614	62.921	186.455	155.294
TUSD não faturada	-	-	-	-	(352)	1.339
Total da disponibilidade do sistema de distribuição - TUSD	44	41	77.614	62.921	186.103	156.633
Outras receitas operacionais						
Energia de curto prazo - CCEE (a)	-	-	-	-	6.762	2.609
Ativos e passivos financeiros setoriais (Nota Explicativa nº 9)	-	-	-	-	37.053	28.144
Serviços cobráveis	-	-	-	-	802	343
Subvenções vinculadas ao serviço concedido (b)	-	-	-	-	61.875	42.779
Total das outras receitas operacionais	-	-	-	-	106.492	73.875
Receita operacional bruta	119.013	116.524	589.434	534.081	500.900	372.458
(-) Deduções à receita operacional						
Tributos sobre a receita						
PIS	-	-	-	-	(6.899)	(5.187)
COFINS	-	-	-	-	(31.779)	(23.893)
ICMS	-	-	-	-	(82.738)	(63.864)
Total dos tributos sobre a receita	-	-	-	-	(121.416)	(92.944)
Encargos do consumidor						
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	-	-	(1.679)	(1.227)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	-	-	(1.679)	(1.227)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	(32.937)	(30.641)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	-	-	(358)	(358)
Outros encargos do consumidor	-	-	-	-	(7.040)	(571)
Total dos encargos do consumidor	-	-	-	-	(43.693)	(34.024)
Total das deduções à receita operacional	-	-	-	-	(165.109)	(126.968)
Receita operacional líquida	119.013	116.524	589.434	534.081	335.791	245.490

(a) Refere-se aos montantes de receitas auferidas pelas concessionárias que tiveram excedente de energia comercializados no âmbito da CCEE. Os resultados destas operações foram informados pela CCEE e referendados pela Companhia.

Resultados de 2021

- (b) Refere-se aos descontos (subsídios) nas tarifas de energia elétrica e na tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição concedidos para consumidores: (i) livres (carga fonte incentivada); (ii) de geração (geração fonte incentivada); (iii) de serviço público de água, esgoto e saneamento; (iv) rurais; (v) irrigantes; e (vi) residenciais classificados como de baixa renda.

26. Custos não gerenciáveis – Parcela “A”

Composição	2021		2020	
	MWh	R\$ mil	MWh	R\$ mil
Energia elétrica comprada para revenda	635.902	189.610	559.223	131.080
Suprimento de Energia Elétrica	635.902	203.328	559.223	142.931
Energia Bilateral	105.228	21.090	151.709	35.933
Energia de Leilão	159.584	44.090	188.267	38.198
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - Proinfa	11.639	5.106	12.305	4.169
Energia de curto prazo - CCEE	-	54.424	-	17.392
Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits - MCSD	64.114	12.165	1.736	320
Cotas de Angra I/Angra II - Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 530/2012	24.127	5.553	17.851	4.958
Cotas de Garantia Física - Lei nº 12.783/2013	144.518	16.718	94.945	10.438
Energia de Itaipu - Decreto nº 4.550/2002 / REN nº 770/2017	126.692	44.182	92.410	31.523
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	-	(13.718)	-	(11.851)
PIS	-	(2.447)	-	(2.114)
Cofins	-	(11.271)	-	(9.737)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-	60.210	-	34.613
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	-	66.347	-	38.068
Encargos de Uso da Rede Elétrica	-	39.568	-	31.766
Transporte Itaipu	-	3.650	-	2.701
Encargos de Serviços de Sistema - ESS	-	21.155	-	984
Encargo de Energia de Reserva - EER	-	1.974	-	2.617
(-) Créditos de Tributos Recuperáveis	-	(6.137)	-	(3.455)
PIS	-	(1.095)	-	(617)
Cofins	-	(5.042)	-	(2.838)
Total	635.902	249.820	559.223	165.693

27. Custos gerenciáveis – Parcela “B”

Composição	Ref.	2021	2020
Pessoal e administradores	(a)	31.162	29.395
Material		3.205	3.046
Serviços de terceiros		11.595	10.294
Depreciação e Amortização	(b)	12.548	9.930
Outras despesas (receitas) operacionais líquidas		8.163	5.250
Total		66.673	57.915

- (a) As despesas com pessoal e administradores possuem o seguinte detalhamento:

Resultados de 2021

Composição	2021	2020
Pessoal	26.992	25.380
Remuneração	16.654	16.071
INSS	4.742	4.519
FGTS	1.287	1.248
Previdência privada	673	633
Auxílio alimentação	2.023	1.801
Despesas rescisórias	332	108
Outros benefícios	1.281	1.000
Administradores (Diretoria e Conselho)	4.170	4.015
Honorários	3.139	3.022
INSS	628	604
FGTS	190	183
Previdência privada	213	206
Total	31.162	29.395

(b) As despesas com depreciação e amortização possuem o seguinte detalhamento:

Composição	2021	2020
Depreciação e Amortização		
Depreciação e Amortização - imobilizado e intangível	17.971	14.544
Depreciação e Amortização - obrigações especiais	(4.790)	(3.999)
(-) Créditos de PIS e COFINS	(633)	(615)
Total	12.548	9.930

28. Resultado financeiro

Resultado financeiro	Receita	Despesa	2021	2020
Operações com ativos e passivos financeiros setoriais				
Atualização monetária com ativos e passivos financeiros setoriais	5.379	(1.972)	3.407	722
	5.379	(1.972)	3.407	722
Operações com capitais de terceiros				
Derivativos - <i>Swap</i>	629	(810)	(181)	2.470
Encargos de dívidas - moeda nacional	-	(379)	(379)	(231)
Encargos de dívidas - moeda estrangeira	-	(73)	(73)	(19)
Variação cambial	475	(597)	(122)	(2.696)
	1.104	(1.859)	(755)	(476)
Operações com compra de energia elétrica				
Variação cambial	680	(1.216)	(536)	(649)
Encargos de liquidação do MCP - CCEE	-	(316)	(316)	(180)
	680	(1.532)	(852)	(829)
Outras operações				
Receita com aplicações financeiras	1.689	-	1.689	1.044
Multas e acréscimos moratórios s/ energia vendida	6.853	-	6.853	5.565
Multas e acréscimos moratórios s/ outras operações	-	(10)	(10)	(225)
Atualização monetária dos programas de P&D e EE	-	(305)	(305)	(76)
Atualização monetária dos descontos tarifários - CDE	1.527	(17)	1.510	248
Atualização monetária de Parcelamentos de Tributos	-	(227)	(227)	(1.158)
Outras operações	1.321	(29)	1.292	8
Juros sobre o capital próprio		(7.525)	(7.525)	(7.129)
	11.390	(8.113)	3.277	(1.723)
Impostos incidentes sobre a receita financeira				
PIS	(109)	-	(109)	(54)
COFINS	(671)	-	(671)	(332)
	(780)	-	(780)	(386)
Resultado financeiro	17.773	(13.476)	4.297	(2.692)

29. Provisões

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

A Companhia figura como parte passiva em ações judiciais e processos administrativos que surgem no curso normal de suas operações, envolvendo questões de natureza cível, fiscal, trabalhista e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data nas demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

Resultados de 2021

A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico.

O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

- Risco de perda provável

A Administração, fundamentada nas informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

Movimentação	Cíveis	Trabalhistas	2021	2020
Saldos iniciais	712	15	727	1.489
Constituições	1.099	-	1.099	115
Atualizações	31	2	33	58
Reversões	(366)	-	(366)	(537)
Pagamentos	(321)	-	(321)	(398)
Saldos finais	1.155	17	1.172	727
Circulante			1.052	300
Não circulante			120	427

As ações se referem a questões de natureza indenizatória, envolvendo acidentes, danos materiais e danos morais, dentre outras, para as quais não há cobertura securitária. Os valores originais estão atualizados de acordo com a sistemática praticada pelo Poder Judiciário.

- Risco de perda possível

As ações que envolvem risco de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, possuem a seguinte composição:

Composição	2021	Passivo 2020
Cíveis	2.077	2.013

Para essas ações, a Companhia possui cobertura securitária no valor de R\$ 1.815 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 1.634 em 2020).

29.1 Depósitos judiciais e cauções

Os depósitos judiciais registrados em 31 de dezembro de 2021 se referem a causas cíveis e trabalhistas, e somam R\$ 80 (R\$ 130 em 31 de dezembro de 2020).

30. Conciliação do balanço patrimonial regulatório e societário

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia

Resultados de 2021

seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, a saber:

Balanço Patrimonial

	Nota	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Ativo							
Ativo circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		39.812	-	39.812	45.514	-	45.514
Consumidores		37.795	-	37.795	38.232	-	38.232
Tributos compensáveis		15.330	-	15.330	18.231	-	18.231
Almoxarifado operacional		1.492	-	1.492	1.401	-	1.401
Ativos financeiros setoriais, líquidos		54.910	-	54.910	14.450	-	14.450
Despesas pagas antecipadamente		209	-	209	201	-	201
Reembolsos do fundo da CDE		23.198	-	23.198	5.351	-	5.351
Outros ativos circulantes		691	-	691	487	-	487
Total do ativo circulante		173.437	-	173.437	123.867	-	123.867
Ativo não circulante							
Tributos compensáveis		1.009	-	1.009	17.674	-	17.674
Depósitos judiciais e cauções		80	-	80	130	-	130
Outros ativos não circulantes		787	-	787	472	-	472
Ativo financeiro indenizável	30.1	-	10.126	10.126	-	6.381	6.381
Ativo contratual	30.2	-	12.851	12.851	-	9.562	9.562
Intangível	30.3	-	127.581	127.581	-	126.111	126.111
Imobilizado	30.4	269.910	(269.910)	-	208.476	(208.476)	-
Intangível	30.5	1.061	(1.061)	-	708	(708)	-
Total do ativo não circulante		272.847	(120.413)	152.434	227.460	(67.130)	160.330
Total do ativo		446.284	(120.413)	325.871	351.327	(67.130)	284.197

	Nota	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Passivo							
Passivo circulante							
Fornecedores		24.712	-	24.712	18.667	-	18.667
Concessionárias e permissionárias		9.361	-	9.361	9.332	-	9.332
Empréstimos e financiamentos		26.568	-	26.568	1.397	-	1.397
Obrigações sociais e trabalhistas		8.708	-	8.708	8.150	-	8.150
Tributos		11.583	-	11.583	11.065	-	11.065
Dividendos declarados e juros sobre o capital próprio		13.838	-	13.838	11.959	-	11.959
Encargos setoriais		14.810	-	14.810	6.478	-	6.478
Consumidores		15.937	-	15.937	16.312	-	16.312
Provisões		1.052	-	1.052	300	-	300
Outros passivos circulantes		2.019	-	2.019	1.785	-	1.785
Total do passivo circulante		128.588	-	128.588	85.445	-	85.445
Passivo não circulante							
Empréstimos e financiamentos		1.008	-	1.008	2.050	-	2.050
Tributos	30.6	24.677	(14.099)	10.578	11.914	(1.231)	10.683
Provisões		120	-	120	427	-	427
Consumidores		7.009	-	7.009	23.379	-	23.379
Outros passivos não circulantes	30.7	237	(180)	57	247	(217)	30
Obrigações vinc. à concessão do serv. público de energia elétrica	30.8	78.765	(78.765)	-	63.293	(63.293)	-
Total do passivo não circulante		111.816	(93.044)	18.772	101.310	(64.741)	36.569
Total do passivo		240.404	(93.044)	147.360	186.755	(64.741)	122.014
Patrimônio líquido							
Capital social		130.000	-	130.000	120.000	-	120.000
Reservas de lucro	30.9	39.498	9.013	48.511	34.215	7.968	42.183
Outros resultados abrangentes	30.10	36.382	(36.382)	-	10.357	(10.357)	-
Total do patrimônio líquido		205.880	(27.369)	178.511	164.572	(2.389)	162.183
Total do passivo e do patrimônio líquido		446.284	(120.413)	325.871	351.327	(67.130)	284.197

Demonstração do Resultado do Exercício

	Nota	2021			2020		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Operações em continuidade							
Receita / Ingresso							
Fornecimento de energia elétrica		208.305	-	208.305	141.950	-	141.950
Energia elétrica de curto prazo		6.762	-	6.762	2.609	-	2.609
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		186.103	-	186.103	156.633	-	156.633
Ativos e passivos financeiros setoriais		37.053	-	37.053	28.144	-	28.144
Serviços cobráveis		802	-	802	343	-	343
Doações, contribuições e subvenções vinculadas ao serviço concedido		61.875	-	61.875	42.779	-	42.779
Valor justo do ativo financeiro indenizável	30.11	-	1.992	1.992	-	250	250
Receita de construção	30.12	-	16.789	16.789	-	14.047	14.047
Outras receitas operacionais	30.13	-	4.077	4.077	-	2.776	2.776
Total da receita bruta		500.900	22.858	523.758	372.458	17.073	389.531
Tributos							
ICMS		(82.738)	-	(82.738)	(63.864)	-	(63.864)
PIS-PASEP	30.13	(6.899)	(53)	(6.952)	(5.187)	(43)	(5.230)
Cofins	30.13	(31.779)	(245)	(32.024)	(23.893)	(197)	(24.090)
ISS	30.13	-	(85)	(85)	-	(69)	(69)
Total dos tributos		(121.416)	(383)	(121.799)	(92.944)	(309)	(93.253)
Encargos - Parcela "A"							
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(1.679)	-	(1.679)	(1.227)	-	(1.227)
Programa de eficiência energética - PEE		(1.679)	-	(1.679)	(1.227)	-	(1.227)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(32.937)	-	(32.937)	(30.641)	-	(30.641)
Taxa de fiscalização de serviços de energia elétrica - TFSEE		(358)	-	(358)	(358)	-	(358)
Outros encargos		(7.040)	-	(7.040)	(571)	-	(571)
Total encargos - Parcela "A"		(43.693)	-	(43.693)	(34.024)	-	(34.024)
Outras deduções da receita							
Penalidades contratuais e regulatórias	30.17	-	(278)	(278)	-	(201)	(201)
Total outras deduções da receita		-	(278)	(278)	-	(201)	(201)
Receita líquida / Ingresso líquido		335.791	22.197	357.988	245.490	16.563	262.053
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"							
Energia elétrica comprada para revenda		(189.610)	-	(189.610)	(131.080)	-	(131.080)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(60.210)	-	(60.210)	(34.613)	-	(34.613)
Custo de construção	30.12	-	(16.789)	(16.789)	-	(14.047)	(14.047)
Total custos não gerenciáveis - Parcela "A"		(249.820)	(16.789)	(266.609)	(165.693)	(14.047)	(179.740)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		85.971	5.408	91.379	79.797	2.516	82.313
Custos gerenciáveis - Parcela "B"							
Pessoal e administradores		(31.162)	-	(31.162)	(29.395)	-	(29.395)
Material		(3.205)	-	(3.205)	(3.046)	-	(3.046)
Serviços de terceiros		(11.595)	-	(11.595)	(10.294)	-	(10.294)
Arrendamento e aluguéis		(1.355)	-	(1.355)	(1.364)	-	(1.364)
Seguros		(369)	-	(369)	(380)	-	(380)
Doações, contribuições e subvenções		(129)	-	(129)	(200)	-	(200)
Provisões		(1.129)	-	(1.129)	(378)	-	(378)
Perdas na alienação de bens e direitos		-	-	-	-	-	-
(-) Recuperação de despesas		572	-	572	459	-	459
Tributos		(328)	-	(328)	(282)	-	(282)
Depreciação e amortização	30.14	(12.548)	4.619	(7.929)	(9.930)	2.461	(7.469)
Gastos diversos	30.17	(5.209)	278	(4.931)	(4.603)	201	(4.402)
Outras receitas operacionais	30.13	3.694	(3.694)	-	2.467	(2.467)	-
Outras despesas operacionais	30.15	(3.910)	2.795	(1.115)	(969)	328	(641)
Total custos gerenciáveis - Parcela "B"		(66.673)	3.998	(62.675)	(57.915)	523	(57.392)
Resultado da atividade		19.298	9.406	28.704	21.882	3.039	24.921
Resultado financeiro							
Despesas financeiras	30.16	(13.476)	7.525	(5.951)	(13.999)	7.129	(6.870)
Receitas financeiras		17.773	-	17.773	11.307	-	11.307
Total do resultado financeiro		4.297	7.525	11.822	(2.692)	7.129	4.437
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		23.595	16.931	40.526	19.190	10.168	29.358
Imposto de renda	30.6	(3.147)	(2.352)	(5.499)	(2.773)	(759)	(3.532)
Contribuição social	30.6	(2.125)	(846)	(2.971)	(1.685)	(274)	(1.959)
Participações e contribuições		(3.037)	-	(3.037)	(2.755)	-	(2.755)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	30.16	7.525	(7.525)	-	7.129	(7.129)	-
Resultado líquido do exercício		22.811	6.208	29.019	19.106	2.006	21.112

30.1 Ativo financeiro indenizável

Os ajustes são decorrentes da contabilização, na contabilidade societária, da expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins da contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

30.2 Ativo contratual

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária da expectativa de direito de receber caixa dos usuários ou do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria do sistema de distribuição de energia elétrica, quando da entrada em operação dos respectivos ativos. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto no CPC47/IFRS15, mas que para fins da contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

30.3 Intangível

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária da expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura. Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão, mas que para fins da contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

30.4 Imobilizado

Os ajustes são decorrentes da não contabilização do ativo imobilizado vinculado à concessão do serviço público de energia elétrica na contabilidade societária. Na contabilidade societária, é reconhecida a expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados, em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão.

30.5 Intangível

Os ajustes são decorrentes da não contabilização do intangível vinculado à concessão do serviço público de energia elétrica na contabilidade societária. Na contabilidade societária, é reconhecida a expectativa de direito incondicional da Companhia de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia elétrica e pelo uso de infraestrutura, em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão.

Resultados de 2021

30.6 Tributos

Os ajustes são oriundos da não contabilização dos tributos incidentes sobre a reserva de reavaliação do imobilizado na contabilidade societária, bem como dos tributos diferidos sobre o ativo financeiro indenizável que não são registrados na contabilidade regulatória.

30.7 Outros passivos não circulantes

Os ajustes são decorrentes da compensação, na contabilidade societária, do saldo da reserva para reversão com o saldo da rubrica Intangível (concessão), que é apresentado pelo seu valor líquido. Essa Reserva para Reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do Fundo de Reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da Companhia. O principal e os juros (5% a.a.) são pagos em parcelas mensais.

30.8 Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

Os ajustes são decorrentes da compensação, na contabilidade societária, do saldo das Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica com o saldo da rubrica Intangível (concessão), que é apresentado pelo seu valor líquido.

30.9 Reservas de lucro

Os ajustes são decorrentes da não contabilização da reserva de lucros a realizar na contabilidade regulatória.

30.10 Outros resultados abrangentes

Os ajustes são decorrentes da não contabilização da reserva de reavaliação regulatória compulsória do imobilizado na contabilidade societária.

30.11 Valor justo do ativo financeiro indenizável

Os ajustes são decorrentes dos registros na contabilidade societária da atualização monetária do ativo financeiro da concessão.

30.12 Receita e custo de construção

Os ajustes são decorrentes da contabilização na contabilidade societária das receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica, cuja margem de construção adotada foi estabelecida como sendo igual à zero. Assim sendo, a receita de construção está representada pelo mesmo montante em custo de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão, que não é adotada para fins da contabilidade regulatória.

30.13 Outras receitas operacionais, PIS-PASEP, Cofins e ISS

Os ajustes são decorrentes da reclassificação, na contabilidade societária, das outras receitas operacionais e tributos incidentes sobre elas para a receita operacional líquida.

Resultados de 2021

30.14 Depreciação e amortização

Os ajustes são decorrentes da não contabilização na contabilidade societária da depreciação e amortização incidentes sobre a reserva de reavaliação regulatória compulsória do imobilizado e intangível na contabilidade regulatória.

30.15 Outras despesas operacionais

Os ajustes são decorrentes da não contabilização na contabilidade societária, quando da baixa de bens, da parcela relativa à reavaliação compulsória do ativo imobilizado e intangível registrada na contabilidade regulatória.

30.16 Despesas financeiras e reversão dos juros sobre o capital próprio

Os ajustes são decorrentes da contabilização das despesas financeiras na contabilidade societária líquida dos juros sobre o capital próprio.

30.17 Penalidades contratuais e regulatórias

Os ajustes são decorrentes da contabilização, na contabilidade societária, das penalidades contratuais e regulatórias como redutoras da receita operacional líquida, conforme CPC 47/IFRS 15.

30.18 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	2021	2020
Patrimônio líquido conforme contabilidade societária	178.511	162.183
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:	27.369	2.389
Reserva de lucros a realizar - Diferença de VNR	(9.013)	(7.968)
Outros resultados abrangentes - Reserva de reavaliação regulatória	36.382	10.357
Patrimônio líquido regulatório	205.880	164.572

30.19 Conciliação do lucro líquido societário e regulatório

Conciliação do lucro líquido societário e regulatório	2021	2020
Lucro líquido conforme contabilidade societária	29.019	21.112
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória:	(6.208)	(2.006)
Depreciação e amortização	(4.619)	(2.461)
Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável	(1.992)	(250)
Perdas na desativação de bens e direitos - reavaliação regulatória compulsória	(2.795)	(328)
Tributos diferidos	3.198	1.033
Lucro (prejuízo) líquido regulatório	22.811	19.106

31. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

(a) Considerações gerais

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

A utilização de derivativos tem como propósito único a proteção e mitigação de riscos, de forma que é proibida a contratação de derivativos exóticos, alavancados ou com propósitos especulativos.

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros, dentre os quais se destacam os riscos de mercado, de liquidez e de crédito.

O índice de endividamento no final do exercício é como segue:

Composição	Ref.	2021	2020
Endividamento bruto	(a)	27.576	3.447
Caixa e equivalentes de caixa		(39.812)	(45.514)
Endividamento (caixa) líquido		(12.236)	(42.067)
Patrimônio líquido	(b)	205.880	164.572
Índice de endividamento (caixa) líquido		(0,06)	(0,26)

(a) O endividamento bruto é definido como empréstimos e financiamentos de curto e longo prazos (Nota Explicativa nº 16).

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de caixa e equivalentes de caixa superava o endividamento bruto da Companhia.

(b) Gestão de risco de mercado

- Risco cambial

Esse risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para a Companhia, como a valorização de moedas estrangeiras frente ao real.

A Companhia está exposta ao risco de variação cambial, atrelado ao Dólar, decorrente dos pagamentos de energia elétrica comprada de Itaipu. Entretanto, os efeitos financeiros dessa variação cambial são repassados ao consumidor via tarifa, por meio do mecanismo da Conta de Compensação de Variações de Valores de Itens da Parcela A.

Adicionalmente, visando assegurar que oscilações nas taxas de câmbio não afetem seu resultado e fluxo de caixa, a Companhia possuía em 31 de dezembro de 2021, operação de hedge cambial para a dívida em moeda estrangeira atrelada ao Euro.

Resultados de 2021

- Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras.

Dessa forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas.

(c) Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade de a Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros.

O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

Havendo sobras de caixa, são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com o objetivo de preservar a liquidez da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 38.499 (R\$ 42.817 em 31 de dezembro de 2020).

A seguir são apresentados os fluxos de caixa não descontados contratados:

Passivos financeiros	2022	2023	2024	2025
Não derivativos				
Fornecedores	24.712	-	-	-
Concessionárias e permissionárias	9.361	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	26.387	640	367	1
Derivativos				
Swap cambial	181	-	-	-

(d) Gestão de risco de crédito

O risco de crédito se refere à possibilidade de a Companhia incorrer em perdas devido ao não cumprimento de obrigações e compromissos pelas contrapartes.

- Risco de crédito de contrapartes comerciais

A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais.

Resultados de 2021

Para reduzir esse risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume de contas a receber de clientes e realiza diversas ações de cobrança, realizadas em conformidade com a regulamentação do setor, para minimizar o risco de inadimplência.

- Risco de crédito de instituições financeiras

Para as operações envolvendo caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e derivativos, a Companhia procura mitigar o risco através da diversificação junto às instituições financeiras que possuam boa qualidade de crédito.

A seguir demonstramos a exposição total de crédito detida em ativos financeiros pela Companhia:

Ativos financeiros	2021	2020
Mensurados pelo custo amortizado		
Caixa e depósitos bancários à vista	1.313	2.697
Contas a receber de clientes e outros	37.795	38.232
Ativos financeiros setoriais, líquidos	54.910	14.450
Mensurados pelo valor justo por meio do resultado		
Aplicações financeiras de curto prazo	38.499	42.817

(e) Informações complementares sobre os instrumentos derivativos

O principal instrumento financeiro derivativo utilizado pela Companhia, com o objetivo de proteção econômica e financeira contra risco cambial, é o *swap*.

A Companhia contratou em 2019 operação de *swap* para converter para R\$ a dívida denominada em EUR. Nesse *swap*, a Companhia assumiu posição passiva em R\$ atrelado a taxa fixa e posição ativa em EUR atrelado a taxa fixa. Em abril de 2020, com a liquidação do empréstimo, também foi liquidado o respectivo *swap*.

Adicionalmente, a Companhia contratou nova operação de empréstimo com o Itaú Unibanco S/A em 29 de setembro de 2021, além de novo instrumento financeiro derivativo de *swap* para a proteção desse passivo. Para esse contrato haverá uma liquidação anual a ser realizar em setembro de 2022.

O quadro a seguir detalha as operações e as informações sobre esse tipo de instrumento financeiro, que inclui valor de referência (nocial), vencimento, valor justo e o efeito no resultado do exercício:

Composição					Nocial EUR	Nocial R\$	Valor justo	Efeito no resultado	
Swap	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	01/04/2019	01/04/2019	01/04/2020	2021	2020
Ativo	Itaú Unibanco S/A	01/04/2019	01/04/2020	100% EURO PTAX Venda + 0,71% a.a.	2.247	10.000	12.915	-	2.716
Passivo				9,90% a.a.	-	-	(10.483)	-	(246)
					2.247	10.000	2.432	-	2.470
Swap	Contraparte	Início	Vencimento	Posição	29/09/2021	29/09/2021	31/12/2021	2021	2020
Ativo	Itaú Unibanco S/A	29/09/2021	29/09/2022	100% EURO PTAX Venda + 1,87% a.a.	2.392	15.000	15.195	195	-
Passivo				CDI + 2,50% a.a.	-	-	(15.376)	(376)	-
					2.392	15.000	(181)	(181)	-
Efeito acumulado no resultado do exercício								(181)	2.470

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos como ativos ou passivos no balanço patrimonial e mensurados a valor justo. Quando a transação for elegível e designada como *hedge*

Resultados de 2021

accounting de valor justo, o ganho ou a perda resultante da nova mensuração dos instrumentos derivativos pelo valor justo são reconhecidos no resultado.

(f) Análise de sensibilidade

A análise a seguir estima o valor potencial dos instrumentos financeiros em cenários hipotéticos de *stress* dos principais fatores de risco de mercado que impactam as posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

- Cenário provável: foram projetados os rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos e as taxas de juros vigentes ao final do exercício.
- Cenário II: considera um choque de 25% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.
- Cenário III: considera um choque de 50% nos fatores de risco em relação às taxas de mercado do cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, os cenários II e III consideram uma redução de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável. Para os empréstimos e financiamentos com exposição à flutuação de índices de preços, os cenários II e III consideram um aumento de 25% e 50%, respectivamente, em relação ao cenário provável. A tabela a seguir demonstra o efeito decorrente da variação das taxas de juros que poderá ser reconhecido no resultado da Companhia no exercício seguinte caso ocorra um dos cenários apresentados:

Operação	Indexador/ Taxa de juros a.a.	Risco	Taxa no exercício	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Ativos financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	Queda do CDI	9,15%	38.499	3.523	(881)	(1.761)
Passivos financeiros							
Empréstimos e financiamentos	CDI + 2,40%	Alta do CDI	11,55%	(10.149)	(1.172)	(232)	(464)

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos, a Administração da Companhia entende que há necessidade de considerar os passivos objetos de proteção com exposição à flutuação das taxas de câmbio ou índices de preços e que se encontram registrados no balanço patrimonial. Como 100% da dívida em moeda estrangeira está protegida por *swap*, o risco de variação da taxa de câmbio é irrelevante, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Operação	Moeda	Risco	Cotação	Exposição (Saldo/Nocional)	Cenário (II)	Cenário (III)
Passivos financeiros						
Dívida em euro	Euro (€)	Alta do euro	6,3210	(15.376)	(3.844)	(7.688)
<i>Swap</i> ponta ativa em euro				15.195	3.799	7.598
Exposição líquida				(181)	(45)	(91)

32. Estimativa valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento. O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Resultados de 2021

Para a mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado e de custo amortizado, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- (i) Nível 1: preços cotados sem ajustes em mercados ativos para instrumentos idênticos aos da Companhia.
- (ii) Nível 2: preços cotados com ou sem ajustes para ativos ou passivos similares com informações direta ou indiretamente em mercados ativos, exceto preços cotados incluídos no nível anterior.
- (iii) Nível 3: ativos ou passivos com preços não observáveis no mercado.

O quadro a seguir apresenta os valores contábil e justo dos instrumentos financeiros e outros ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

	Ref.	Nível	Valor contábil		Valor justo	
			2021	2020	2021	2020
Ativos financeiros (Circulante / Não circulante)			132.517	98.196	132.517	98.196
Custo Amortizado			94.018	55.379	94.018	55.379
Caixa e depósitos bancários à vista		2	1.313	2.697	1.313	2.697
Contas a receber de clientes e outros		2	37.795	38.232	37.795	38.232
Ativos financeiros setoriais, líquidos		2	54.910	14.450	54.910	14.450
Valor justo por meio do resultado			38.499	42.817	38.499	42.817
Aplicações financeiras de curto prazo		2	38.499	42.817	38.499	42.817
Passivos financeiros (Circulante / Não circulante)			61.649	31.446	61.649	31.446
Custo amortizado			61.649	31.446	61.649	31.446
Fornecedores		2	24.712	18.667	24.712	18.667
Concessionárias e permissionárias		2	9.361	9.332	9.361	9.332
Empréstimos e financiamentos	(a)	2	27.576	3.447	27.576	3.447

- (a) Para os empréstimos e financiamentos classificados e mensurados ao custo amortizado, a Companhia entende que, por se tratarem de operações bilaterais e não possuírem mercado ativo nem outra fonte similar com condições comparáveis às já apresentadas e que possam ser parâmetro à determinação de seus valores justos, os valores contábeis refletem o valor justo das operações.

33. Benefícios pós emprego

A Companhia é patrocinadora de plano de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores, exclusivamente, do tipo Contribuição Definida, os quais são mantidos pelo Bradesco (MultiBRA Fundo de Pensão), entidade fechada de previdência complementar.

Plano de Contribuição Definida é o plano de benefício pós emprego pelo qual a entidade patrocinadora paga contribuições fixas a uma entidade separada (fundo de pensão), não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.

De acordo com a Deliberação CVM nº 695/2012, a Companhia contabiliza os planos do tipo Contribuição Definida de forma direta, porque a obrigação da entidade patrocinadora relativa a cada exercício é determinada pelos montantes a serem contribuídos no período. Consequentemente, não são necessárias avaliações atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa, e não há possibilidade de qualquer ganho ou perda atuarial.

Além disso, as obrigações são mensuradas em base não descontada, exceto quando não vençam completamente dentro de doze meses após o final do período em que os empregados prestam o respectivo serviço.

As contribuições da Companhia para o plano de benefícios complementares de aposentadoria a empregados e diretores somaram R\$ 886 em 2021 (R\$ 839 em 2020).

34. Saldo e transações entre partes relacionadas

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Parte relacionada	Tipo de transação	Ref.	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesa)		Vencimento
			2021	2020	2021	2020	
Santa Maria Participações S/A	Locação de imóveis	(a)	-	-	(1.242)	(1.268)	2024
Santa Maria Participações S/A	Prestação de serviços	(b)	-	-	(5.615)	(4.707)	2024
Santa Maria Comercialização e Serviços de Energia Ltda.	Suprimento de energia elétrica	(c)	(1.357)	(2.087)	(21.090)	(7.106)	2034
Total			(1.357)	(2.087)	(27.947)	(13.081)	

- (a) Refere-se aos contratos de locação de imóveis, corrigidos anualmente pelo IGP-M, destinados à sede administrativa e ao depósito de materiais da Companhia, anteriormente submetidos a anuência prévia da ANEEL e prorrogados nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016.
- (b) Refere-se ao contrato de prestação de serviços de leitura de medidores, entrega de contas, reaviso, corte e religação, anteriormente submetido à anuência prévia ANEEL e prorrogado nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 699/2016.
- (c) Refere-se ao contrato de comercialização de energia elétrica, firmado a partir de licitação pública, aprovado nos termos do Despacho ANEEL nº 2.666/2020.

- Remuneração dos Administradores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a remuneração dos administradores da Companhia, registrada na contabilidade pelo regime de competência, se encontra demonstrada a seguir:

Resultados de 2021

Administradores (Diretoria e Conselho)	Ref.	2021	2020
Honorários		3.139	3.022
INSS		628	604
FGTS		190	183
Previdência privada		213	206
Participações estatutárias	(a)	3.037	2.755
Total		7.207	6.770

- (a) Desde 2020, a Companhia mantém uma política de remuneração variável aos seus diretores, baseada em instrumentos baseados em ações com liquidação em caixa. O objetivo é atrair e reter profissionais com competências e valores desejados e requeridos pela Companhia, motivando-os a atingir e superar metas alinhadas ao orçamento, planejamento estratégico e mercado, gerando valor para os acionistas e demais partes relacionadas. A referida política é baseada em premissas de melhor criação de valor sustentável e de longo prazo, melhores práticas de mercado, metas e estratégias de negócios e nos propósitos e valores da Companhia. A remuneração é composta por um elemento variável anual (curto prazo) e outro vinculado ao desempenho da Companhia em relação a determinados parâmetros econômico-financeiros, industriais e operacionais concretos, predeterminados, quantificáveis e alinhados com os objetivos estratégicos (longo prazo). O montante global da remuneração variável (participações estatutárias) é calculado conforme o disposto em Lei e no Estatuto Social da Companhia, observados os critérios definidos na Política Remuneratória e sujeito à aprovação pela Assembleia Geral. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as participações estatutárias foram calculadas da seguinte forma:

Composição (legislação societária)	2021	2020
Lucro líquido do exercício antes das participações estatutárias	32.056	23.867
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(3.145)	(2.177)
Constituição de reserva de lucros a realizar	(1.315)	(164)
Ajuste Lei 6.404/76 - Art. 152 § 1º	(3.866)	-
Lucro líquido do exercício ajustado	23.730	21.526
Participações estatutárias (10%)	2.373	2.153
INSS sobre participações estatutárias (20%)	474	431
FGTS sobre participações estatutárias (8%)	190	171
Participações estatutárias	3.037	2.755

35. Cobertura de seguros (Não auditado)

A Companhia mantém as seguintes coberturas de seguros, compatíveis com os riscos das atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros:

Ramos	Ref.	Data de vencimento	Importância segurada	
			2021	2020
Risco operacional	(a)	30/08/2022	64.603	64.263
Responsabilidade civil geral	(b)	30/08/2022	2.000	2.000
Responsabilidade civil geral - danos morais	(c)	30/08/2022	2.000	400
Total			68.603	66.663

- (a) Cobertura securitária das subestações e demais equipamentos, bem como da sede administrativa e do depósito de materiais da Companhia.
- (b) Cobertura securitária para danos materiais e pessoais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.
- (c) Cobertura securitária para danos morais causados a terceiros em decorrência das operações da Companhia.

Resultados de 2021

35.1 Despesas pagas antecipadamente

A Companhia também mantém cobertura securitária da frota, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos. O montante de despesas antecipadas apresentado em 31 de dezembro de 2021 e 2020 está dividido nos seguintes ramos:

Ramos	2021	2020
Risco operacional	161	156
Responsabilidade civil	15	11
Frota	33	34
Total	209	201

36. Compromissos de longo prazo

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia elétrica, como segue:

Vigência	Contratos de compra de energia - R\$ mil						
	2023	2024	2025	2026	2027	2028	Após 2028
2023 a 2053	117.278	120.644	120.644	120.644	120.644	120.644	2.383.815

Os valores acima representam o volume total contratado pelo preço corrente no final de dezembro de 2021, e foram homologados pela ANEEL.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Cícero Machado de Moraes
Presidente

Fernando Antonio Moreira Calaes
Vice-Presidente

Renata Barbieri Coutinho
Conselheira

Miguel Coutinho Coelho da Silva
Conselheiro

Angelo Arpini Coutinho Filho
Conselheiro

DIRETORIA

Arthur Arpini Coutinho
Diretor-Presidente

Angelo Arpini Coutinho
Diretor Vice-Presidente

Angelo André Bosi
Diretor

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE

Carlos Alberto Lima
Contador - CRC: ES/009263/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos acionistas e administradores
EMPRESA LUZ E FORÇA SANTA MARIA S.A
Colatina, ES.

Av. Nª Sª dos Navegantes, 451
Ed. Petro Tower, 19º andar, Sala 1901
Enseada do Suá, Vitória, ES
29050-335

T: +55 (27) 3314 5610
T: +55 (27) 3207-3370
T: +55 (27) 98147-2000

www.bakertillybr.com.br

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar a nossa opinião, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. a cumprir os requisitos da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades.

Outros assuntos – Demonstrações financeiras societárias

A Empresa Luz e Força Santa Maria S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 18 de fevereiro de 2022.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

Relatório da Administração

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis regulatórias utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

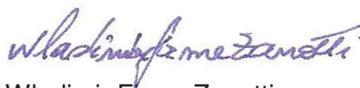
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis regulatórias representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Vitória, 18 de fevereiro de 2022.



Wesley Cristian Marques
Contador CRC1ES009545/O-0
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5



Wladimir Firme Zanotti
Contador CRC1ES007326/O-5
BAKER TILLY BRASIL-ES
Auditores Independentes
CRC2ES000289/O-5